

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ITINERANTE PARA DISCUTIR A LDO/2002, REALIZADA EM LUCAS DO
RIO VERDE, DO DIA 1º DE JUNHO DE 2001, ÀS 19:00 HORAS.

ATA Nº 64 - “A”

PRESIDENTE - DEPUTADO HUMBERTO BOSAIPO
1º SECRETÁRIO - DEPUTADO PEDRO SATÉLITE (AD HOC)
2º SECRETÁRIO - DEPUTADO SILVAL BARBOSA (AD HOC)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Senhores e senhoras, invocando a proteção de Deus, Fonte inesgotável de sabedoria e justiça e em nome do povo mato-grossense, declaro aberta a presente Sessão Especial, com a finalidade de discutir a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, no Município de Lucas do Rio Verde, neste momento, em que a Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso está instalada no Município.

Convoco o Deputado Nico Baracat, Vice-Presidente da Assembléia Legislativa para ocupar a mesa, o Deputado Silval Barbosa, o Deputado Pedro Satélite, o Deputado José Carlos Freitas, o Deputado Moacir Pires e o Deputado Joaquim Sucena.

Designo o Deputado Silval Barbosa para assumir a 2ª Secretaria e o Deputado Pedro Satélite para assumir a 1ª Secretaria.

(OS SRS. DEPUTADOS PEDRO SATÉLITE E SILVAL BARBOSA ASSUMEM A 1ª E 2ª SECRETARIAS, RESPECTIVAMENTE)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Convido para compor a Mesa de Honra, o Exmº Sr. Otaviano Olavo Pivetta, Prefeito Municipal de Lucas do Rio Verde, o Vereador Carlos Kriger Giroto, Presidente da Câmara Municipal de Lucas do Rio Verde; Dr. Guilherme Frederico Müller, Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral de Mato Grosso; Deputado Chiquinho Garcia, da região de Tangará da Serra.

Convido todos os presentes para que, de pé, ouçamos a execução do Hino Nacional e, simultaneamente, uma coreografia apresentada por alunos da Escola Olavo Bilac.

(NESTE MOMENTO, É EXECUTADO O HINO NACIONAL E APRESENTADA A COREOGRAFIA PELOS ALUNOS DA ESCOLA OLAVO BILAC.)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Queremos parabenizar os professores e alunos da Escola Olavo Bilac por esta belíssima apresentação da interpretação coreografada do Hino Nacional.

A Assembléia Legislativa sente-se honrada nesta noite com a presença do Prefeito de Santa Rita do Trivelato, Iلسon Matschinske; do Prefeito Adriano Pivetta, de Nova Mutum; Hegoں Houpes, Vice-Prefeito de Santa Rita do Trivelato; João José de Amorim, Subsecretário de Planejamento e Coordenação Geral do Estado de Mato Grosso; Francisco Bayma, Chefe de Gabinete da

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ITINERANTE PARA DISCUTIR A LDO/2002, REALIZADA EM LUCAS DO RIO VERDE, DO DIA 1º DE JUNHO DE 2001, ÀS 19:00 HORAS.

Secretária de Estado de Planejamento e Coordenação Geral do Estado; Elias Zahur, Assessor da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral do Estado; Luciano Jóia, Assessor da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral do Estado; Jocelnir Pilicioli, Gerente da SICREDI-Cooperativa de Crédito Rural de Lucas do Rio Verde; Edu Pascoski, Secretário de Esporte e Lazer de Lucas do Rio Verde; Dirceu Camilo Cosma, Secretário Municipal de Obras de Lucas do Rio Verde; Riva, Exator-Chefe de Lucas do Rio Verde; Jorge Andreatta, Secretário Municipal de Administração do Município; Solimara Moura, Secretária Municipal de Educação do Município; Egídio Raul Vuadem, Secretário Municipal de Lucas do Rio Verde; Marileide Ceolatto, Primeira-Dama de Lucas do Rio Verde, e aproveitamos para parabenizá-la pelos excelentes trabalhos, principalmente a decoração do ginásio; Sr. Marino Franz, Vice-Prefeito de Lucas do Rio Verde; Mariza Pereira, Diretora da Escola Municipal Caminho para o Futuro, de Lucas do Rio Verde; Eneide Uggeri, da FUMESUL, de Nova Mutum; Major Rodrigues, Comandante do 7º Batalhão de Rosário Oeste, que nos honra com a sua presença, juntamente com o Cabo Moura, com o soldado Ailton, de Lucas do Rio Verde; Vereador José Luiz Picolo, gerente de cidade de Lucas do Rio Verde; Vereador Ildo Romancini, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lucas do Rio Verde; Vereadora Marli H. Ventura, 1ª Secretária da Câmara Municipal de Lucas do Rio Verde; Vereador Demétrio César T. de Souza, 2º Secretário da Câmara Municipal local; Jiloir Pelicioli, Vereador da Câmara Municipal de Lucas do Rio Verde; Petronílio de Souza, Vereador da Câmara Municipal de Lucas do Rio Verde; Sebastião Garcia Costa, Vereador da Câmara Municipal de Lucas do Rio Verde; Vereador Luiz Francisco Martinello, Vereador da Câmara Municipal de Lucas do Rio Verde; Luciane Copetti, Suplente de Vereadora; Nery Geller, Vereador da Câmara Municipal de Lucas do Rio Verde; Chagas Abrantes, Vereador da Câmara Municipal de Sorriso, neste ato representando o Presidente da Câmara; Alei Fernandes, Vereador da Câmara Municipal de Sorriso; Morelo, Vereador da Câmara Municipal de Sorriso; Diógenes Jacobson, Presidente da Câmara Municipal de Nova Mutum; Pedro Coccato Filho, Vereador da Câmara Municipal de Nova Mutum; Sidney Roberto, Vereador da Câmara Municipal de Nova Mutum; Nilson Ferreira Guimarães, Vereador da Câmara Municipal de Nova Mutum; Eurico Aparecido Silva, Vereador da Câmara Municipal de Nova Mutum; João Francisco Batistela, Presidente da Câmara Municipal de Santa Rita do Trivelato; João Pedro, Vereador da Câmara Municipal de Santa Rita do Trivelato; Plínio Paulo Delatorri, representando o Prefeito de Tapurah, o Sr. Reinaldo Tirloni; Saul Marchioli, Vice-Presidente da Cooperativa Agropecuária de Lucas do Rio Verde; Hilário Darci, Vereador da Câmara Municipal de Santa Rita do Trivelato; Eliseu de Oliveira, Vereador da Câmara Municipal de Tapurah; Tenente Alvarenga, Comandante da 3ª Companhia da Polícia Militar de Sorriso.

Agradecemos a presença dos alunos e professores da Escola Olavo Bilac, de Lucas do Rio Verde; do Colégio Estadual Quatro de Julho, também de Lucas do Rio Verde; do Vereador Marcos Tavernelli, de Santa Rita do Trivelato; do Sr. Naildo Lopes, Vereador e ex-Secretário de Agricultura de Nova Mutum; do Sr. Noely Alberte, Presidente da OAB de Lucas do Rio Verde; do Sr. Márcio Pandolfi, Secretário Municipal de Saúde de Lucas do Rio Verde; do Sr. Marco Aurélio, Secretário Municipal de Finanças de Nova Mutum, as demais autoridades, as Lideranças e as pessoas que estão aqui presentes conosco, e a Srª Vera Michelin, Advogada da Prefeitura de Lucas do Rio Verde.

A Assembléia Legislativa se instala hoje aqui no Município para discutir entre os Srs. Deputados e as Lideranças da região a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que é uma Lei muito importante e que às vezes passa despercebida pela maioria da população.

Nós trouxemos aqui hoje o Secretário de Planejamento do Governo do Estado de Mato Grosso, Dante de Oliveira, o Dr. Guilherme Frederico Müller. Ele é o homem, o pensador, o

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ITINERANTE PARA DISCUTIR A LDO/2002, REALIZADA EM LUCAS DO RIO VERDE, DO DIA 1º DE JUNHO DE 2001, ÀS 19:00 HORAS.

organizador dessa Lei que remete para a Assembléia Legislativa, contemplando o Estado de Mato Grosso nas suas diversas áreas com recursos estaduais.

Convoco o Deputado Chiquinho Garcia para ocupar a Mesa.

E, sem muita delonga, nós vamos pedir ao Dr. Guilherme Frederico Müller que faça uma apresentação sucinta da Lei de Diretrizes Orçamentárias a todos os presentes. Mas, antes, queremos agradecer ao Prefeito Otaviano Olavo Pivetta, aos Srs. Vereadores, aos Srs. Secretários Municipais em nome do Poder Legislativo de Mato Grosso, por esta acolhida aqui no município, que é muito importante para que os Senhores possam ter uma idéia, para que todos possam conhecer de perto a maioria dos Parlamentares que estão aqui e também para que os Parlamentares possam ouvir as reivindicações, possam ouvir os anseios aqui da região.

Antes de passar a palavra ao Dr. Guilherme Frederico Müller, vamos assistir a uma apresentação do Coral do Município de Lucas do Rio Verde.

(NESTE MOMENTO, O CORAL DO MUNICÍPIO APRESENTA-SE, INTERPRETANDO TRÊS CANÇÕES - PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Neste momento, convido os componentes da Mesa para se sentarem nas cadeiras da platéia, para que possamos assistir no telão a exposição que o Dr. Guilherme Frederico Müller fará.

Com a palavra, o Dr. Guilherme Frederico Müller.

O SR. GUILHERME FREDERICO MÜLLER - Boa-noite a todos.

Exmº Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Humberto Bosaipo; Exmºs. Srs. Deputados Nico Baracat, Silval Barbosa, José Carlos Freitas, Joaquim Sucena, Chiquinho Garcia, Pedro Satélite e Moacir Pires; Exmº Sr. Prefeito de Lucas do Rio Verde, Otaviano Pivetta; Exmº Sr. Carlos Giroto, Presidente da Câmara Municipal de Lucas do Rio Verde; meus assessores que me acompanham nesta palestra, nesta Sessão, meu Chefe de Gabinete, Bayma, meu Subsecretário, Jango, e meus dois assessores, Luciano e Otaviano; Prefeitos aqui presentes, Vereadores, Secretários Municipais, senhoras e senhores:

Primeiramente, gostaria de cumprimentar a iniciativa da Assembléia Legislativa por promover esta Sessão Itinerante para discutir um tema não muito fácil de ser discutido, porque é um tema técnico do processo legislativo e do processo do planejamento, que é a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Eu, inclusive, vou fazer na minha palestra um esforço muito grande de síntese e de sintetização, para que todos possam compreender e ajudar a elaborar e aprovar esta Lei na Assembléia Legislativa, melhorando, inclusive, a proposta que o Executivo enviou para a Assembléia Legislativa.

Agradeço e cumprimento em especial os dois Deputados que assinaram o Requerimento de convocação desta Sessão, que foram os Deputados Humberto Bosaipo e Nico Baracat. Eu acho que esse tipo de iniciativa engrandece o Legislativo e tornam mais democráticos os processos da administração pública.

Segundo, eu gostaria de sair um pouco do meu enredo, aqui, que está estabelecido para eu colocar nessa tela, até para não me perder. Mas eu não vou perder esta oportunidade de deixar registrado uma coisa que acho que pouca gente sabe, aqui em Lucas do Rio Verde. Eu, com certeza, cheguei primeiro que todos vocês em Lucas do Rio Verde. Eu tive o privilégio de, em 1980, 1981, ir em Ronda Alta apresentar esta região aos colonos sem terra que estavam acampados lá em Ronda Alta. Uma comitiva de colonos veio aqui, gostou de Lucas do Rio Verde, e, depois de alguns meses, trezentas e sessenta e três famílias chegaram em Lucas do Rio Verde, e eu estava aqui.

Eu queria fazer mais um registro. Eu cheguei primeiro do que vocês, agora, tem duas

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ITINERANTE PARA DISCUTIR A LDO/2002, REALIZADA EM LUCAS DO RIO VERDE, DO DIA 1º DE JUNHO DE 2001, ÀS 19:00 HORAS.

peessoas que eu encontrei, aqui, nesta BR-163, no final da década de 70, início da década de 80, foi o Deputado Humberto Bosaipo, que era Assessor do Governo do Estado, naquela época, e eu como Diretor-Técnico do INCRA, lançamos o Distrito de Peixoto de Azevedo.

Então, é com muita honra, inclusive, que estou aqui com o Deputado Humberto Bosaipo, nesta região que, sem dúvida nenhuma, é muito importante.

O Deputado Pedro Satélite estava lá em Guarantã do Norte, onde também eu participei da criação...

(O DEPUTADO PEDRO SATÉLITE FALA DA PLATÉIA - INAUDÍVEL)

O SR. GUILHERME FREDERICO MÜLLER -... pois é, ele veio trazendo o pessoal para cá, e depois foi lá para Guarantã do Norte.

Mas o que eu quero deixar registrado é que depois de vinte anos, cada vez que eu venho aqui em Lucas do Rio Verde, e venho muito brevemente, nunca tive a oportunidade de passar uma temporada aqui, mas eu faço questão, às vezes, quando estou indo a Sinop, desço sempre de carro para poder passar por Lucas do Rio Verde, e a primeira coisa que eu faço, antes de entrar na cidade, entro na Linha Um, e de lá eu passo pelo primeiro córrego que nós tivemos que ultrapassar, ir até o final, e dou uma volta em todo projeto, me surpreendo, realmente, e acho que já valeu a pena.

Então, para mim, não só é importante falar sobre a LDO, mas vir falar em Lucas do Rio Verde. Eu tenho certeza que os que ficaram aqui, daqueles colonos que vieram, com certeza não esqueço, eu sei que existem alguns ainda que estão por aqui. Eu me lembro de um grupo de jovens, porque eu também era muito jovem, naquela época, há vinte anos atrás, mas me lembro de um que liderava o grupo, o Saul Marchiori - não sei se ele está por aqui, ou se ele ainda está aqui - mas eu me lembro bem que convivi com ele. Lá está ele!

Olá, Saul! É verdade isso, não é, Saul?

Esse aqui ficou acampado na beira do Rio Verde, porque quando eles chegaram aqui, nós montamos uma barraca, um grande acampamento, não é Saul? Ficamos para poder depois de um certo tempo eles irem para a área, arriscar lá. Ainda bem que vejo pessoas daquela época aqui, e tenho certeza que se transformaram em excelentes agricultores e tiveram sucesso aqui. Essa é outra história, não é? Depois a gente vai conversar sobre isso.

Eu vou falar sobre a LDO. A Lei de Diretrizes Orçamentárias aparece na Administração Pública com a Constituição Federal de 1988 e com a Constituição Estadual de 1989. Essa Constituição fez importantes modificações na Administração Pública Brasileira. Duas das mais importantes, nós vamos tratar aqui hoje. Uma, é ter modificado todo o processo de planejamento orçamentário do país.

Até 1988 - eu já estou colocando aqui as siglas, porque daqui a pouco vou começar a falar delas - só existia a Lei Orçamentária, que até hoje existe. Mas, em 1988 é introduzido outros instrumentos de planejamento, que é o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Esses três instrumentos foram introduzidos para serem integrados, terem uma articulação, significando que o Plano Plurianual estabelece as metas de longo prazo que o Estado pretende alcançar, o que nós pretendemos obter de resultado daqui a quatro anos.

Essa Lei, inclusive, já está aprovada na Assembléia Legislativa. Inclusive, passamos por um processo de discussão no Estado de Mato Grosso. No Plano Plurianual, portanto, no PPA, já ficaram estabelecidas as metas de quatro anos, que vão vigorar até 2003 - vigora de 2000 a 2003.

Todo ano precisa ser elaborada a Lei de Diretrizes Orçamentárias, porque com as metas para quatro anos, a cada ano se estabelece as metas do ano, de tal forma que ao atingir as metas

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ITINERANTE PARA DISCUTIR A LDO/2002, REALIZADA EM LUCAS DO RIO VERDE, DO DIA 1º DE JUNHO DE 2001, ÀS 19:00 HORAS.

do ano, em quatro anos você atingiu as metas estabelecidas no Plano Plurianual. Isso é uma novidade que aconteceu após a Constituição de 1988. Além de estabelecer as metas anuais, estabelece como se deve elaborar o Orçamento do ano, ou seja, estabelece como deve se elaborar a Lei Orçamentária.

Então, a Lei Orçamentária realmente é muito mais conhecida que qualquer outro desses instrumentos. Mas ela só pode ser elaborada, discutida e aprovada pela Assembléia Legislativa após a Assembléia aprovar a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Essa é uma das primeiras modificações na Administração Pública que eu reputo das mais importantes.

A segunda, é que a Constituição de 1988 devolveu à Assembléia Legislativa a faculdade de emendar esses documentos, de alterar a proposta que o Executivo manda para a Assembléia Legislativa. Até 1988 a Lei era autorizativa pela Assembléia Legislativa, mas os Deputados não podiam mexer na Lei. Então, ela facultou de novo a possibilidade da Assembléia melhorar a proposta do Executivo.

Quando se faz uma audiência pública, e é por isso que eu parablenizo a Assembléia Legislativa, o objetivo é discutir a LDO para melhorá-la, para que, quando os Deputados forem aprovar, votar a Lei na Assembléia, já tenha passado por um processo de discussão e possa ser melhorada.

Na LDO se estabelece, portanto, as metas e prioridades anuais da Administração Pública; orienta a elaboração da Lei Orçamentária e inclui na LDO já as alterações da legislação tributária. Os fundamentos legais são os artigos 165 da Constituição Federal e o 162 da Constituição Estadual. Ao conteúdo da LDO foi acrescido, em maio do ano passado, a Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF, que certamente os Senhores já ouviram falar mais do que da própria LDO, porque a tal da Lei de Responsabilidade Fiscal ficou muito em voga e é muito polêmica, mas, de qualquer maneira ela vem para alterar a LDO.

A Lei de Responsabilidade Fiscal, no fundo, altera a LDO, não altera nem o PPA e nem a LOA, estabelece as regras na LDO, através da Lei de Responsabilidade Fiscal. Então, com a Lei de Responsabilidade Fiscal, a LDO disporá também sobre o equilíbrio entre Receita e Despesa, sobre limite e gasto de pessoal por Poder, mecanismos de compensação para despesas de caráter continuado e renúncia de receita, limites para endividamento público, regra para controle de finanças públicas em anos de eleição - isso é uma novidade que existe no País, regras para inscrição de Restos a Pagar, e critérios e formas de limitação de empenho.

Vou fazer alguns comentários sobre esses itens rapidamente.

Equilíbrio de Receita/Despesa significa que na hora que formos elaborar o Orçamento a receita e a despesa devem estar equilibradas. Não há mais a possibilidade de você criar um Orçamento fictício, do tipo: "vamos ver o que a gente quer gastar e vamos inventar receita". Não permite mais isso, e isso já é estabelecido pela LDO, como os Senhores vão ver em seguida.

Limite de gasto com pessoal: no fundo, a Lei de Responsabilidade Fiscal incorporou a Lei Rita Camata, que estabelece que os Poderes não podem gastar mais do que 60% das suas receitas com pessoal. Isso ficou já estabelecido e já compõe a LDO.

Outra novidade que contém, um artigo da LDO que orienta a elaboração do Orçamento, é que se você está criando uma nova despesa para o ano que vem, tipo, se você criou uma nova carreira, como no Estado, a Assembléia, por proposta do Executivo, criou recentemente uma carreira de gestor público, que vai impactar despesa no Estado de Mato Grosso. Para você implementar isso, você tem que ou cortar despesa, ou aumentar a receita de alguma forma. Você não pode prever gasto nenhum sem dizer de onde que vem a receita para você efetuar esse gasto.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ITINERANTE PARA DISCUTIR A LDO/2002, REALIZADA EM LUCAS DO RIO VERDE, DO DIA 1º DE JUNHO DE 2001, ÀS 19:00 HORAS.

Ano de eleição. Significa que você não vai poder começar nada no ano que vem, se você não vai terminar. Não há essa possibilidade. Então, você tem que ter a receita. Se você começa a construir um ginásio de esportes como esse, no ano que vem, você tem que ter certeza que vai ter dinheiro para acabar esse ginásio de esportes, durante o exercício, porque você não vai poder deixar conta para outro governante. Você tem que liquidar todos os seus empenhos e pagar todas as suas despesas - essa é uma regra que está estabelecida na LDO.

Bom, conterà ainda, conforme a Lei, dois anexos que não existiam: o Anexo de Metas Fiscais, que mostra exatamente aquele primeiro item ali, que é o equilíbrio entre receita e despesa, na LDO você já está fazendo uma previsão de receita para 2002 e quanto que você vai gastar em 2002. Você tem isso aqui já no Anexo Fiscal que, logo em seguida, eu vou mostrar.

Os Anexos de Riscos Fiscais dizem que você tem que prever a possibilidade de ter frustração de receita, de ter alguma dívida que você não conhecia no município, aparece e você tem que pagar. Então, você tem o Anexo de Riscos Fiscais e tem que ter dentro do Orçamento um local onde garante, se aparecer algum problema de receita e despesa, que você tenha de onde sacar recurso.

Eu não vou detalhar aqui, até porque está difícil do pessoal ler, mas a estrutura da LDO é essa aqui. A LDO tem sete capítulos e três anexos, o Anexo de Metas e Prioridades, o Anexo de Metas Fiscais, o Anexo de Riscos Fiscais. São cinquenta e um artigos. Portanto, a Lei tem cinquenta e um artigos e três anexos e todos os artigos no sentido de orientar a elaboração da LDO, que é basicamente aqueles dois conteúdos a que eu me referi anteriormente, quer dizer, eles são expressos na Lei.

Eu vou destacar, aqui, porque eu acho que são os de mais interesse. São os Anexos de Metas e Prioridades e os Anexos de Metas Fiscais, porque nas Metas de Prioridades o Governo está dizendo para a Assembléia, na sua proposta, o que é que ele realmente pretende fazer ano que vem e com que recursos, no Anexo de Metas Fiscais.

Então, eu vou abrir isso aí. No Anexo da LDO eu vou destacar o Anexo de Metas e Prioridades e o Anexo de Metas Fiscais.

Eu vou começar pelo Anexo de Metas Fiscais. Esse Anexo está dentro da LDO que, inclusive, Deputado Humberto Bosaipo, eu trouxe aqui cinquenta cópias da LDO, cinquenta Anexos Fiscais e Anexos de Prioridades para que o Senhor distribua, para que Lucas do Rio Verde possa estudar isso e sugerir, inclusive, depois, ao longo do processo de discussão, alterações possíveis nisso aqui.

O Anexo de Metas Fiscais, isso aqui, inclusive, veio na Lei de Responsabilidade Fiscal. A Lei de Responsabilidade Fiscal diz que você tem que fazer uma tabela desse jeito aqui. Isso aqui não é invenção nossa, isso aqui é uma ordem legal que nós temos que cumprir aqui. Você tem que fazer uma previsão de Receita Total, todas as Receitas que você acha que vai arrecadar, mas você tem que comprovar como você chega nesse número. Então, tem que ter uma memória de cálculo para dizer que a Receita Total prevista para o ano de 2002 é de dois bilhões, oitocentos e oitenta milhões, do Estado de Mato Grosso. Essa é a previsão que nós estamos fazendo para 2002. E a Lei manda fazer uma projeção para 2003 e 2004, porque como o PPA é aquele primeiro documento que orienta o planejamento para quatro anos, para haver a integração, você tem que estar fazendo previsões plurianuais das suas Receitas e das suas Despesas.

Antes de falar da Receita Corrente Líquida, que é um outro conceito, nós estamos prevendo uma Despesa Total de dois bilhões, quatrocentos e cinquenta milhões.

Então, a Receita Total com a Despesa Total, diminuindo dois bilhões, quatrocentos e

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ITINERANTE PARA DISCUTIR A LDO/2002, REALIZADA EM LUCAS DO RIO VERDE, DO DIA 1º DE JUNHO DE 2001, ÀS 19:00 HORAS.

cinquenta milhões de dois bilhões, oitocentos e oitenta milhões, tem o Resultado Primário que dá mais ou menos uma Receita Corrente Líquida de quatrocentos e vinte e seis milhões para o ano que vem, significando que quando você tem despesas menores do que as receitas, e aqui eu estou falando de Despesa Corrente e de Receita Corrente, sobra dinheiro para pagar uma coisa que todos os Poderes têm, que são dívidas. Quer dizer, você faz um esforço de gastar menos do que você arrecada para poder pagar compromissos anteriores feitos. Nós, pelos contratos de dívidas que temos no Estado, em 2002 nós devemos pagar quatrocentos e vinte e seis milhões de dívida. Dívida essa contraída nos últimos trinta anos. É igualzinho à economia doméstica: nós temos um salário e temos as nossas despesas, se sobra um pouquinho de salário para as despesas, você financia um carro e paga mensalmente. Aqui é exatamente isso, quer dizer, nós estamos pagando dívidas de financiamento, nós estamos pagando dívida da BR-163 que passa aqui por Lucas do Rio Verde e que foi asfaltada na década de 80 - quando eu vinha para cá não tinha nem asfalto - quer dizer, está aqui, nós estamos pagando o asfalto de cerca de setenta milhões de dólares, que foram gastos naquela época aqui.

Então, é esse Resultado Primário que é o resultado que a gente vai ter que buscar no exercício fiscal de 2002. Com esse resultado primário nós pagamos o montante de dívida de quatrocentos e três milhões e temos um Resultado Nominal de duzentos e vinte e dois milhões. Com os quatrocentos e três milhões aqui paga-se os juros da dívida e sobra dinheiro ainda para poder amortizar o principal. Essa é a situação do Estado.

O anexo de Metas Fiscais está projetado até 2004. Os parâmetros que nós utilizamos para projetar são os parâmetros que o Governo Federal utiliza, a perspectiva do crescimento do PIB, a taxa de inflação e, como parte também dos nossos produtos, parte não, principalmente aqui, são exportados, então nós levamos em consideração também a variação cambial. Esse itens básicos da macroeconomia projetam as receitas e projetam o resultado primário.

Aqui é importante os Senhores tomarem conhecimento de uma coisa que é fundamental para nós que governamos o Estado, para os Senhores que governam as cidades. Isso não era assim, quer dizer, eu vou fazer a projeção aqui.

A Receita Total são todas as receitas de impostos, de transferências da União, de convênios, de empréstimos, de operações de empréstimos, enfim, tudo o que entra de dinheiro está na receita total.

A Receita Corrente Líquida é um outro conceito de receita, porque ela é um parâmetro para poder o Estado se endividar, nós gastarmos com o pessoal, a Assembléia Legislativa gastar com o pessoal. É um conceito que só leva em consideração o esforço tributário do Estado, ou seja, ICMS, IPVA e outras despesas menores e aqueles recursos de transferências de capital que nós recebemos. Quando recursos para asfaltar a BR-163 chega aqui, isso é transferência de capital, isso entra, então, no cálculo de Receita Corrente Líquida.

A Receita Corrente Líquida, eu vou fazer uma comparação aqui, porque o Resultado Primário é 20% da Receita Corrente Líquida, o que estamos projetando para 2002, até 2004.

A situação de 1994 a 2000, era a seguinte - eu só quero que vocês prestem atenção aqui no Resultado Primário. Em 1994, o Resultado Primário foi de quarenta e um por cento negativo, isso significa que a receita não dava para cobrir as despesas correntes no Estado, significa que não se pagava dívida, ou se pagava dívida e atrasava outros pagamentos.

Em 1995, o Resultado Primário foi de vinte e seis por cento, quer dizer, você tinha as suas receitas menores do que as despesas correntes. Nós não tínhamos condições de pagar as dívidas.

Bom, isso aqui só funciona, e vou falar de 1995, quando nós entramos no Governo,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ITINERANTE PARA DISCUTIR A LDO/2002, REALIZADA EM LUCAS DO RIO VERDE, DO DIA 1º DE JUNHO DE 2001, ÀS 19:00 HORAS.

vocês se lembram bem: No final do ano, nós tivemos três folhas de atraso de salário, os fornecedores estavam atrasados, todos os compromissos do Estado atrasados, o duodécimo da Assembléia Legislativa atrasava, porque você teve que pagar a dívida de qualquer maneira. Você paga a dívida e te falta dinheiro para poder fazer outros pagamentos.

Foi feito um esforço fiscal muito grande e, em 2000, nós já tivemos um resultado positivo de dezoito por cento, um resultado operacional equilibrado. Nós estamos, hoje, com a nossa situação fiscal equilibrada.

A Lei de Responsabilidade Fiscal, que foi aprovada em maio de 2000, está mandando todos os Governos Estadual, Municipal e o Governo Federal fazer com que o Resultado Primário seja positivo para que você possa pagar as dívidas.

Essa é a regra da Lei de Responsabilidade Fiscal: você ter equilíbrio fiscal. E nós buscamos esse equilíbrio fiscal em 1995, atingimos o equilíbrio em 2000; em 2001, este ano, nós já estamos prevendo um resultado positivo; e, em 2002, o Resultado Primário já é positivo, cerca de vinte por cento da receita corrente líquida. Esse é o esforço fiscal que nós fizemos.

Além desse Anexo Fiscal, que no fundo condiciona tudo que você vai fazer, quer dizer, o Anexo Fiscal condiciona aquilo que você vai gastar com capital, as despesas de capital, as despesas correntes, todas as despesas estão condicionadas a você manter o equilíbrio fiscal. Com isso em mente, com esse Anexo como parâmetro, foi estabelecido, e está contido na LDO que tramita na Assembléia Legislativa, o Anexo que apresenta as metas para o ano de 2002, para os programas constantes do PPA, em vigor de 2000 a 2003, quer dizer, a LDO simplesmente vai dizer para todos, depois de transformada em lei que, para aquelas metas estabelecidas no PPA de 2002 a 2003, no ano de 2002 nós vamos executar tais metas, vamos alcançar tais metas.

Então, antes de ir para a LDO propriamente, eu vou fazer rapidamente em duas pranchas aqui, quais são as metas que estão contidas lá no PPA, porque essas são as metas que obrigam a elaboração da LDO cumpri-las.

Os objetivos de longo prazo contidos no PPA são:

- Promover o desenvolvimento para a cidadania.
- Transformar Mato Grosso em importante pólo agroindustrial.
- Assegurar a conservação da biodiversidade do Estado.
- Promover a integração regional e internacional.
- Assegurar o equilíbrio fiscal.

Esses são os objetivos de longo prazo, que foram transformados nas seguintes metas:

1 - Melhorar o Índice de Desenvolvimento Humano, incrementando os índices sociais no mínimo 10% até 2003. O IDH - nem todos tem obrigação de conhecer essas siglas e esses indicadores - é o índice que mede a condição de vida da população. Nós estamos abaixo da média brasileira, a média do Brasil é 0,86 e nós temos um índice de 0,78. Nós estamos pretendendo alcançar em 2003 a média brasileira. Para isso, uma série de programas vão ser desenvolvidos com vista a melhorar a condição de vida da população.

2 - Reduzir o custo de transporte em 20% até dezembro de 2003. Vocês, mais do que ninguém, sabem o quanto é importante ter isso como meta para poder facilitar o escoamento da produção.

3 - Aumentar o valor da produção primária industrializada no Estado em 30% até dezembro de 2003. Nós queremos agregar valor à produção que vocês fazem em Lucas de Rio Verde no Estado. Quer dizer, nós estamos querendo que o algodão que vocês produzem seja transformado

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ITINERANTE PARA DISCUTIR A LDO/2002, REALIZADA EM LUCAS DO RIO VERDE, DO DIA 1º DE JUNHO DE 2001, ÀS 19:00 HORAS.

num bem que agrega valor, num bem industrial. Essa é a nossa meta. Para isso, tem uma série de programas que estão sendo desenvolvidos.

4 - Assegurar a preservação e conservação de 100% dos recursos naturais até dezembro de 2003. Isso porque nós pretendemos ter um desenvolvimento sustentável no Estado de Mato Grosso. Então, a preservação dos recursos naturais é fundamental.

5 - Triplicar o valor das exportações de bem de serviço do Estado até dezembro de 2003.

6 - Assegurar o equilíbrio entre Receita e Despesa. Porque, nós entendemos que para atender as metas de longo prazo, se não tiver equilíbrio, a gente não consegue fazer nada, não consegue governar.

Tendo isso como referência e essas metas, no PPA foram aprovados e transformados em setenta e dois programas e trezentos e cinquenta e duas ações. Quer dizer, cada programa tem um conjunto de ações. Esses setenta e dois programas são para atingir essas metas aqui. E o que está na LDO são esses programas e as ações que vão ser necessários para atingir o quantitativo estabelecido para 2002.

Vou dar um exemplo, porque são setenta e dois programas e se eu fosse apresentar todos aqui eu iria passar mais de hora falando para os Senhores aqui e começaria a ficar cansativo, então, eu vou dar um exemplo.

Meta Um - que é essa primeira do telão - pegamos a primeira que aparece na LDO - melhorar o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH em 10% até dezembro de 2003. Para isso acontecer, programas na área de saúde, na área de educação, na área de segurança, na área de esporte e lazer, na área de Justiça e Cidadania, todos serão empreendidos no Estado, com o objetivo de melhorar o nosso IDH. Na área da saúde, que é um setor que contribui para melhorar o IDH, existem, parece-me, nove ou dez programas que vão ser implementados. Por exemplo, tem o Programa, do PPA de 2000/2003, da Saúde e da Família, esse é um programa que está sendo implementado e vai ser implementado em 2002 e a nossa meta nesse programa de saúde é implantar duzentas novas equipes de programa de saúde, que, parece-me, são de seis pessoas, um médico, uma ajudante... Eu não me recordo, mas parece-me que são seis pessoas, aliás, o Pivetta deve saber quantos. Bem, implantar duzentas equipes de saúde, os itens de controle, porque aí nós temos mecanismos de acompanhar se efetivamente isso está acontecendo, o percentual da população, clientes, cobertos pelo programa. Nós queremos saber qual realmente é o impacto que está acontecendo.

A LDO só diz para fazer isso, por isso é importante os Senhores e os Deputados, aliás, os Deputados sabem disso, porque são especialistas em LDO, em Lei de Orçamento, em Plano Plurianual, mas na LDO só aparece aqui. Essas duzentas equipes do programa de saúde, só na Lei Orçamentária vai ser dito onde será feito, em que região vai ser feito, quer dizer, as duzentas equipes, então, os Deputados vão poder, inclusive no processo de elaboração, começar a emendar para poder dizer se vai para tal região, tal região, mas as duzentas equipes vão ser implantadas, porque existem recursos previstos e assegurados para isso.

Então, Deputados e companheiros de Lucas do Rio Verde, o fundamental da LDO são esses dois anexos, esse Anexo de Metas e Prioridades

Nesse Anexo de Metas e Prioridades, estão aí na LDO os setenta e dois programas com as metas previstas para 2002, com os recursos assegurados naquele outro, porque não estão abertos, mas estão lá nas receitas previstas.

O que a Assembléia vai fazer, a partir de agora, é discutir com a sociedade, lá entre

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ITINERANTE PARA DISCUTIR A LDO/2002, REALIZADA EM LUCAS DO RIO VERDE, DO DIA 1º DE JUNHO DE 2001, ÀS 19:00 HORAS.

eles, é discutir essas metas, é discutir a proposta que está lá no Executivo, e temos certeza que qualquer discussão é bem-vinda e, certamente, melhora a elaboração da proposta.

Eu não vou detalhar, aqui, porque não faz sentido, mas eu quero que vocês compreendam que a LDO vem para isso, vem para fazer a ligação da Meta de Longo Prazo com a Meta de Curto Prazo e orientar a elaboração do Orçamento, garantir no Orçamento que isso aqui vai ser implementado.

Para finalizar, só para não deixar de falar sobre a Lei Orçamentária, quer dizer, com o PPA aprovado, com a LDO discutida e aprovada na Assembléia Legislativa, isso se transforma na Lei de Orçamento. A Lei de Orçamento é uma Lei de meios para alcançar essas metas.

Bom, eu não tenho o Orçamento de 2002, ainda, porque nós só vamos elaborá-lo depois de ter aprovado a LDO, com isso nós vamos ficar sabendo quais foram as modificações feitas ou não houveram modificações, quais foram elas e nós elaboraremos o Orçamento.

O Orçamento em vigor, hoje, no Estado, é esse aqui, que eu vou resumir para vocês.

A Receita Total, aquela que está lá na LDO, prevista para 2002, em 2001, foi dois bilhões quinhentos e sessenta e sete milhões de reais. Quer dizer, nós estamos prevendo ter um acréscimo de receita grande. Desses dois bilhões, quinhentos e oitenta e sete, cento e cinquenta milhões vem de outras fontes. Outras fontes é aquilo que o INDEA arrecada, que o DETRAN arrecada, tudo isso está dentro dessa Receita Total, mas nós tiramos cento e cinquenta milhões para poder ter a Receita do Tesouro.

A Receita do Tesouro é aquela que passa no caixa da Secretaria de Fazenda. Esses cento e cinquenta milhões aqui estão distribuídos no caixa do DETRAN, do INDEA, da FEMA, sobram dois bilhões, quatrocentos e dezesseis milhões. Desses dois bilhões, quatrocentos e dezesseis milhões tem as vinculações constitucionais que somam oitocentos e setenta e seis milhões, ou seja, parte vai para os municípios, que é parte do ICMS, do IPVA; parte vai para a área da Educação, e você só pode gastar na Educação, dá trezentos e setenta e cinco milhões; parte vai para a área da Saúde, e você só pode gastar na Saúde, são cento e nove milhões.

Portanto, do recurso de dois bilhões, quatrocentos e dezesseis, sobra um bilhão, quinhentos e trinta e nove milhões que fica no Tesouro, que ainda você pode gastar mais ou menos onde você quer, porque o resto tem vinculações, ou vai para o município, ou vai para a Educação, ou vai para a Saúde. Desse recurso, sem vinculação constitucional, tem as vinculações legais. Por exemplo, o ano passado a Assembléia aprovou o FETHAB, vocês já conhecem, é uma sigla que é conhecida de vocês. O FETHAB e outros Fundos são oitenta milhões. Eu estou dizendo aqui o seguinte, que esses são recursos que o Secretário de Fazenda, o Secretário de Planejamento, não tem como modificar, não tem como alterar, porque eles vão automaticamente para o Fundo para ser aplicado no transporte.

Operações de Crédito são as operações que existem no Programa de Reforma das Pontes, no Programa de Modernização do Estado, que dá cinquenta e três milhões, que só pode ser aplicado nisso.

O PRODEAGRO, que é um Programa de Desenvolvimento Agroambiental, aqui em Lucas do Rio Verde tem até um PADIC muito bom, muito bem aplicado aqui na cidade de Lucas do Rio Verde, que vem desse recurso aqui. Você só pode aplicar nisso. Você não pode pegar o recurso do PRODEAGRO e pagar Folha ou para transferir para a Educação, transferir para a Saúde.

O Salário Educação - quatorze milhões; inativos e pensionistas - nove milhões, setecentos e oitenta e oito mil, e reembolso de contrato - sete milhões, duzentos e oitenta mil.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ITINERANTE PARA DISCUTIR A LDO/2002, REALIZADA EM LUCAS DO RIO VERDE, DO DIA 1º DE JUNHO DE 2001, ÀS 19:00 HORAS.

Então, o Recurso do Tesouro sem vinculação dá um bilhão, trezentos e quarenta e seis. Esse recurso do Tesouro sem vinculação ainda tem os convênios, que são os convênios, basicamente do SUS e aqueles da Administração Direta, que somam no Orçamento de 2001, cento e oitenta e dois milhões, porque se você deduz de um bilhão, trezentos e quarenta e seis, sobra um bilhão, cento e sessenta e três milhões. Esse um bilhão, cento e sessenta e três milhões é a tal Fonte 100. Já ouviram falar na Fonte 100, que deve ter aqui. É o dinheiro que está disponível para o Governador, com o Secretário de Fazenda e a equipe de Governo decidir o que vai fazer.

Desse um bilhão, cento e sessenta e três milhões tem que pagar a dívida - você viu que até agora não tinha pago a dívida ainda - trezentos e dezesseis milhões vai para pagar a dívida. Passa para os outros Poderes, para o Tribunal de Justiça, o Tribunal de Contas, o Ministério Público e a Assembléia Legislativa.

Saldo para o Executivo: quinhentos e setenta e sete milhões. Desses quinhentos e setenta e sete milhões paga o Pessoal - quatrocentos e três milhões - pessoal fora da Educação e Saúde, porque os recursos da Educação e da Saúde se paga o Pessoal da Educação e da Saúde.

Custeio: cento e nove milhões, que dá nove milhões por mês.

Investimento: vinte e nove milhões, que dá dois milhões e meio por mês.

E, além disso, a Lei manda assegurar uma reserva para aqueles riscos fiscais, que é um percentual da Receita Corrente Líquida de 2%, que dá trinta e cinco milhões de reais. Esses são os recursos do Fundo disponíveis para poder governar o Estado, para poder pagar dívidas, para transferir para os Poderes, para sobrar para o Executivo fazer isso aqui. Isso, depois de aprovada a LDO, vai ser transformado na Lei de 2002.

Eu programei fazer essa palestra dessa maneira, mais no sentido de informar o que é uma LDO, o que é um processo de planejamento, vou me colocar à inteira disposição dos Senhores aqui, mas quero concluir dizendo que a LDO, em função da Lei de Responsabilidade Fiscal, é a grande novidade do processo de gestão fiscal do País, porque é na LDO que se estabelece qual a Meta Fiscal que se vai atingir no ano seguinte, que é aquele Anexo de Metas Fiscais.

Bem, então, hoje, essa tal de Lei de Responsabilidade Fiscal, que diz que todo mundo tem que ser responsável fiscalmente, está estabelecida na LDO. Estabelecida aqui em lei, isso aqui vai ser remetido em Lei Orçamentária, os Deputados vão elaborar a Lei Orçamentária, discutir a Lei Orçamentária, baseados nesse Anexo de Metas Fiscais, que condiciona a elaboração e a execução do Orçamento do ano seguinte.

Essa era a minha palestra, desculpem-me, porque o tema não é fácil de tratar, porque é um assunto que requer um mínimo de especialização, mas eu quis dizer da maneira mais simples possível.

Agradeço, mais uma vez, a convocação feita pela Assembléia Legislativa, já me coloco ao inteiro dispor para outras convocações, e agradeço, mais uma vez, o prazer de estar aqui em Lucas do Rio Verde com os Senhores de novo. Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Agrademos ao Dr. Guilherme Frederico Müller.

Prefeito Otaviano Pivetta, eu acho que Vossa Excelência poderia fazer a apresentação do seu painel da Prefeitura previamente preparado.

O SR. OTAVIANO PIVETTA - Primeiramente, eu gostaria de cumprimentar todos os senhores e senhoras, especialmente os Senhores Deputados, na pessoa do Deputado Humberto Bosaipo e agradecer pela honra que nos dão neste dia por terem escolhido Lucas do Rio Verde para esta

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ITINERANTE PARA DISCUTIR A LDO/2002, REALIZADA EM LUCAS DO RIO VERDE, DO DIA 1º DE JUNHO DE 2001, ÀS 19:00 HORAS.

Sessão Itinerante e para discutir a LDO.

É um orgulho para mim, como Prefeito, é um orgulho para nós companheiros de trabalho da Prefeitura, Vereadores, Lideranças do Município de Lucas e para a sociedade em geral contar com essa participação de dez Deputados hoje aqui em Lucas do Rio Verde.

Nós vamos tentar, num espaço curto de tempo, mostrar um pouquinho o que era e o que estamos fazendo frente à Prefeitura de Lucas do Rio Verde.

Lucas do Rio Verde tem uma área de trezentos e sessenta e quatro mil hectares, uma população de aproximadamente vinte mil habitantes, doze mil eleitores, isso na última eleição, e quatrocentos e noventa e oito servidores públicos.

Nossa missão é cuidar do patrimônio público, fazer obras e serviços de boa qualidade, promovendo o desenvolvimento equilibrado de nossa terra em benefício de nossa gente.

Nós executamos, praticamente, todas as obras de infra-estrutura urbana, por administração direta. Nós temos fábrica de tubos, fábrica de meio-fio. Os custos são todos monitorados, e é por isso que nós conseguimos avançar na construção da infra-estrutura pública.

Usina de asfalto, é um equipamento razoavelmente simples que nos permite fazer o nosso asfalto urbano por administração direta.

Eu quero dizer, aproveitando ainda a lembrança do que o Secretário comentava e também agradecer a sua presença, Guilherme Müller, aqui em Lucas do Rio Verde, e dizer que nós, de Lucas do Rio Verde, não precisamos dessa reserva de contingência porque o Município não conseguiu fazer dívida até hoje. Nós não conseguimos crédito, o município deve quinze mil reais de um FADEM, de uma pá carregadeira que foi comprada há oito anos atrás - é só o que o Município deve.

Calçada comunitária, custa em torno de nove reais o metro quadrado; estradas vicinais, nós temos cerca de oitocentos quilômetros que nós conservamos com um parque de máquinas, da Prefeitura; oficina mecânica, borracharia, posto de lavagem.

A Escola Olavo Bilac, essa escola, aqui da frente, que nós inauguramos no ano passado, custou cento e cinquenta e cinco o metro quadrado, é uma escola de dois mil, cento e oitenta metros quadrados, e hoje já tem cerca de mil e duzentos alunos frequentando a escola.

Esse ginásio de esportes que nós estamos, aqui, nós gastamos cento e trinta e três mil reais, na época, cerca de setenta e três reais o metro quadrados, são dois ginásios geminados. Nós temos oito ginásios como esse, construídos nos últimos quatro anos, em todas as localidades do interior, nas comunidades do interior, quatro no interior e quatro na cidade. E a nossa meta agora para os próximos quatro anos é fazer mais três ginásios desse e mais três escolas, que já estamos construindo uma delas, como essa Olavo Bilac, de maneira a padronizar o nosso sistema de Educação Pública Municipal numa escola agradável, bonita e boa.

O Centro de Alimentação - aqui na frente, onde depois nós vamos visitar - é uma estrutura um pouco mais cara, que custou duzentos e trinta reais o metro quadrado.

Essa é a Escola Anjo Gabriel, é uma pré-escola de Educação Infantil, custou cento e oitenta e quatro reais, o metro quadrado. Foi feito também no ano retrasado.

Essa é a frota de transporte escolar - nós fazemos o transporte escolar em todo interior do município, todas as crianças têm acesso ao transporte e escola de boa qualidade.

Essa é uma escola agrícola, que nós temos aqui a uns trinta quilômetros da cidade, que hoje tem cento e trinta e dois alunos internos; esse número está um pouco defasado e no total entre os internos e os que frequentam a escola, cerca de duzentos alunos. Esse número também é do ano passado.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ITINERANTE PARA DISCUTIR A LDO/2002, REALIZADA EM LUCAS DO RIO VERDE, DO DIA 1º DE JUNHO DE 2001, ÀS 19:00 HORAS.

Isso aqui é só para ilustrar que o custo por aluno que o Governo investiu o ano passado, foi de um mil, cento e oitenta e oito reais por aluno.

Só para fazer um comparativo, o recurso do FUNDEF ficou em torno de trezentos e oitenta reais.

Então, isso mostra a participação do município que é muito além do que o FUNDEF permite. E com isso a gente pode imaginar o que tem de dificuldade os municípios que vivem do FUNDEF.

O Projeto Xané é um Projeto do Governo do Estado que nós, logo ao assumir o mandato, gostamos da idéia, implantamos o Projeto e hoje atende, se não me engano, duzentas e cinquenta crianças. E vai muito bem o Projeto.

Agora, há pouco tempo, nós conseguimos o trabalho da Secretaria de Educação e da própria escola, conseguimos uns recursos com uma ONG, uma empresa não governamental, cerca de duzentos e cinquenta mil reais para melhoramentos, compra de equipamentos de informática e compra de um ônibus também.

A Secretaria de Educação, nesse Projeto Xané, cerca de 5% do que nós gastamos, 5% do custeio o Estado contribui, que equívale a um convênio de trinta e cinco mil reais, mas é uma participação pequena.

No esporte, são oito ginásios de esportes, como já falei.

No Departamento de Ação Social nós mantemos uma creche que cuida de cento e cinquenta crianças. É importante dizer que nós atendemos a educação infantil, e na pré-escola hoje o município atende quase novecentas crianças, oitocentas e noventa crianças, quer dizer, a demanda total para a pré-escola hoje o município está fazendo gratuitamente. O Departamento de Ação Social atua com dois Projetos que são o Xané e o Educando para a Vida, que também atende mais ou menos cento e cinquenta crianças. Não temos, graças a Deus, meninos de rua e nem criança fora da escola, que essa é uma meta que perseguimos com muito cuidado e muita atenção.

Também já há um projeto de habitação popular que é um bairro aqui próximo em que entregamos, em convênio com a Caixa, duzentas e noventa e sete casas e estamos construindo, agora um projeto com recursos do município, que é o Projeto Minha Vez, que já entregou, até agora, cerca de cento e vinte casas. Nós estamos agora preparando uma nova etapa do Projeto, onde a Prefeitura compra o material e os mutuários fazem.

No Sistema de Saúde da Família, que o Secretário perguntou como é composto o Sistema Saúde da Família, nós temos em cada posto de saúde um Médico Sanitarista, uma Enfermeira Padrão, seis agentes de saúde e duas enfermeiras, tem também gabinete odontológico e quero informar aos nobres Deputados que Lucas do Rio Verde, a partir desta semana, passa a atender 100% da população urbana já com esse Saúde da Família. Nós já temos quatro postos funcionando e estamos abrindo o quinto posto, de modo que deve ser o primeiro município do Estado de Mato Grosso que atenderá 100% da população já com esse programa.

Hospital Municipal, nós estamos fazendo. Criamos uma fundação, porque a Prefeitura também não agüenta carregar tudo, nós criamos a Fundação Municipal de Saúde, que foi instituída pelo Prefeito, uma instituição de direito privado, mas sem fins lucrativos, e que está aqui na frente; o hospital, estamos terminando a primeira etapa que são quarenta e cinco leitos com dois mil metros quadrados aproximadamente. Esse hospital, o projeto total custa em torno de seis mil metros quadrados e é de cento e três leitos - estamos concluindo a primeira etapa.

O Distrito Industrial, hoje, conta com cerca de quatrocentos lotes. Nos últimos três

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ITINERANTE PARA DISCUTIR A LDO/2002, REALIZADA EM LUCAS DO RIO VERDE, DO DIA 1º DE JUNHO DE 2001, ÀS 19:00 HORAS.

anos, nós tivemos uma migração bastante expressiva de empresas de outras regiões do país e de empresários aqui de Lucas do Rio Verde mesmo, que permitiu um crescimento importante do nosso município.

Nós temos também um projeto que foi financiado pelo PADIC, em convênio com a Prefeitura e a Associação dos Chaparreiros, que construíram o Centro de Alevinagem de Repovoamento do Rio Verde - esse Projeto de Alevinagem tem dois anos, mais ou menos.

Nós temos também a Fundação de Pesquisa Rio Verde, que é uma Fundação de voluntários, aqui de Lucas do Rio Verde, que atua principalmente na avaliação de produtividade das culturas que têm a ver com o nosso sistema de produção.

Só para lembrar, Lucas do Rio Verde este ano está produzindo cerca de quarenta por cento do milho que o Estado de Mato Grosso produz, e o que é mais importante, sem ocupar o espaço da lavoura principal que é a soja, é tudo de safrinha.

A Fundação tem contribuído muito no sentido de fazer avaliação, fazer experimento para nortear as decisões dos nossos produtores. A Prefeitura participa., também, na sustentação dessa fundação.

Projeto de Preservação do Córrego Lucas, que é de noventa e cinco hectares, que nós temos o projeto elaborado e vamos começar a implantação esse ano, são quatro etapas.

Temos também o Mercado do Produtor, que já está funcionando. Também é um projeto do PADIC, com a participação de cerca de quarenta por cento do PADIC, sessenta por cento da Prefeitura, e temos também uma incubadora de empresas que já está funcionando com a fábrica de calçados, a título ainda experimental.

Secretaria Central de Triagem de Lixo Urbano. Nós construímos uma usina de reciclagem do lixo urbano que também tem a participação do PADIC; uma Central de Embalagens de Defensivos Agrícolas, que a pouco tempo não tinha uma destinação adequada e hoje é prensada cerca de cento e cinquenta toneladas de embalagens por ano.

Recentemente, no ano passado, nós criamos e instalamos a Guarda Municipal, que hoje conta com um contingente já de oito Agentes na Fiscalização de Trânsito e na Fiscalização do Patrimônio Público.

Na iluminação pública e de praças, nós investimos pesado. Quando nós assumimos tinha quinhentas luminárias, hoje já são três mil luminárias mais ou menos.

O Sistema Autônomo de Água e Esgoto, que é uma autarquia do município, funciona muito bem. Nós temos cem por cento das residências com água encanada. Os investimentos têm sido feito com o recurso da própria autarquia, tem conseguido vender a água por um terço do preço cobrado pela SANEMAT, aproximadamente, e mesmo assim tem conseguido fazer as ampliações de rede, os reservatórios necessários. Hoje, atua na limpeza urbana também, comprou os caminhões compactadores de lixo, ajuda na urbanização da cidade, na plantação de grama, enfim, além de vender água, de fornecer esse serviço de água, já atua em diversas outras áreas ajudando no cuidado da cidade.

Esse é um demonstrativo da destinação dos recursos. A Receita Total, até o mês de abril deste ano, foi de três milhões e oitocentos mil. Desse valor, 38% se gastou com Folha de Pagamento, 18.59% da Receita é gasto com a folha da Educação e 19.59% é gasto com as demais Secretarias. Portanto, 50% da folha de pagamento gastamos com a Educação.

Essa aqui é uma evolução do patrimônio municipal desde que nós assumimos, em 1996. Nós assumimos o município com o patrimônio de dois milhões e noventa e seis mil. E, no final de 2000, nós contabilizamos o patrimônio de nove milhões e quinhentos mil, praticamente.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ITINERANTE PARA DISCUTIR A LDO/2002, REALIZADA EM LUCAS DO RIO VERDE, DO DIA 1º DE JUNHO DE 2001, ÀS 19:00 HORAS.

Nossas contas públicas foram as primeiras a ir para a *internet*, já foram desde 1997, desde 1998, que estão na *internet*.

Aqui eu queria aproveitar também a presença dos Deputados, sem a vontade de tecer críticas, das dificuldades que temos, porque o município tem crescido a um ritmo de aproximadamente 12%,13% ao ano, enquanto o Estado cresce ao ritmo de 3% ou 4%. Então, o crescimento populacional traz, sem dúvida nenhuma, uma demanda muito maior por serviços. Como precisamos acompanhar esse crescimento, atendendo a população, evitando os males dos grandes centros urbanos, precisamos cumprir com nossas obrigações.

Na questão da Segurança Pública, estamos vivendo um período de aflição, já estamos há mais de um mês sem comando na Polícia Civil, sem delegado. Construímos a cadeia pública, hoje a cadeia pública tem capacidade para dezesseis detentos e está com vinte, numa situação difícil, a polícia sem equipamento nenhum, sem um mínimo de recursos necessários. A gente fica "quebrando o galho", mas o que nós precisamos é resolver o problema.

O Judiciário - o município também precisa manter a Promotoria Pública, para a qual construímos o prédio, instalamos a Promotoria, hoje Lucas do Rio Verde tem Promotor.

Na questão do DETRAN já é mais do que hora do Estado chamar os municípios e fazer os repasses de recursos, se é que a lei determina que seja assim, porque o Estado não devolve ao Município, desde 1999, 2000 e 2001, ao que temos direito, se não me engano, 50% do valor arrecadado e nós não conseguimos ter acesso a isso.

Na questão do FETHAB, Lucas do Rio Verde hoje contribui com cerca de dois milhões e meio de reais por ano e nós, na verdade, não tivemos, até o momento, nenhum benefício desse Fundo.

Essa tela apresenta um gráfico de mais ou menos com o que o nosso município contribuiu no ano passado. Mas aqui falta telefonia e energia elétrica. Nós devemos ter contribuído com cerca de quarenta e cinco milhões, no ano passado, só na conta de ICMS. Para o município vieram seis, não é isso, Nilson? O que veio é vinte e cinco por cento do bolo.

Então, eu acho que é consenso de todos os administradores públicos, que estão aqui - queria também agradecer aos visitantes, aos colegas prefeitos dos municípios vizinhos, aos vereadores, que estão aqui - e que sabem que nós não vamos conseguir gerar o equilíbrio e construir uma sociedade justa, sem um município forte.

Eu acho que a base da sociedade está no município, porque no município nós identificamos, cada problema tem a sua identidade, é uma célula onde nós estamos presentes e podemos resolver, e o povo cobra. Nós estamos aí. Quando nós não conseguimos resolver o problema no expediente, as pessoas vão na nossa casa querendo solução.

Então, nós esperamos dos Srs. Deputados, do Sr. Secretário, que os municípios de Mato Grosso tenham a sua parcela de benefício, tenham a sua parcela no Orçamento garantida para que nós possamos melhorar a vida da nossa sociedade, da nossa população e possamos gerar o equilíbrio do nosso Estado, porque no momento que Lucas do Rio Verde não conseguir manter os serviços essenciais, não conseguir oferecer uma boa estrutura de educação, uma boa estrutura de saúde, esse pessoal começa a migrar para as periferias de Cuiabá, e vai dar problema lá.

Então, é muito bom que Lucas do Rio Verde consiga, como qualquer município, manter a sua sociedade bem atendida aqui, é o que nós queremos, e para isso nós precisamos ter a nossa fatia do bolo garantida, que o Estado também exerça, cumpra a sua função naqueles serviços essenciais, que é função do Estado.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ITINERANTE PARA DISCUTIR A LDO/2002, REALIZADA EM LUCAS DO RIO VERDE, DO DIA 1º DE JUNHO DE 2001, ÀS 19:00 HORAS.

Então é hora, Deputado Humberto Bosaipo, de nós rediscutirmos esse pacto federativo, de vermos essa questão da segurança.

Na minha opinião, eu acho que esses serviços deveriam ser municipalizados, é uma questão muito complexa, nós sabemos disso, mas a sociedade não suporta mais viver com medo, ainda mais agora na iminência do apagão, essa ameaça da segurança fica ainda mais complicada.

Era mais ou menos isso que eu queria mostrar, e queria aproveitar essa oportunidade, que é rara, é uma honra muito grande para nós, aproveitando a memória que o Dr. Guilherme Frederico Müller fez aqui, do que era Lucas do Rio Verde em meados dos anos 80 e o que é hoje. Há doze anos atrás esta região não estava no mapa, tinha aqui, olhando pelo satélite, um cerrado leve. Hoje, esta região produz quase 10% ou 10% da produção de grãos e fibras do Brasil, não é nem do Estado de Mato Grosso, é do Brasil.

Então, o que não era nada há uma dúzia de anos atrás, hoje pode ser considerado um Estado, na produção, porque dez regiões como esta nossa, faria o bolo da produção agrícola do Brasil.

Então, a nossa região exerce hoje e a gente está aqui, está recebendo toda semana estrangeiros que vêm para cá, empresários do agronegócio do Brasil todo, dando importância realmente que essa região tem. E nós precisamos do Estado mais perto, mais presente, mais atento a essas regiões que podem ser a solução para o Estado, para o Brasil.

Portanto, é mais uma razão para a gente ficar gratificado com a presença aqui hoje dos Srs. Deputados, porque é isso que Mato Grosso precisa, as autoridades, a classe política sair, interiorizar as ações, conhecer os problemas e fortalecer os municípios deste Estado, porque só desta maneira nós vamos criar as condições para a sociedade viver bem e também para que todos nós, como dirigentes, como homens públicos, possamos ter tranquilidade e satisfação sabendo que estamos cumprindo o nosso dever. Do contrário, nós vamos começar a assistir uma debandada do interiorzão para as periferias da cidade, na esperança dessas pessoas encontrarem melhores condições e, na verdade, nós vamos regredir no processo de humanização e de melhoria das condições de vida do nosso mato-grossense.

E, para concluir, IDH, eu não sabia o que era também, aprendi aqui há pouco tempo, porque Lucas do Rio Verde foi escolhido pela ONU como o melhor município do interior do Estado de Mato Grosso, só perde para a Capital Cuiabá no índice de IDH. É o melhor índice do interior do Estado de Mato Grosso, graças à pujança e à determinação desse povo, de trabalhar, de construir, de fazer o seu futuro, de fazer a sua vida. Muito obrigado.

Estamos muito honrados com a presença dos Senhores. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Convido os Deputados para retomarem seus assentos à Mesa
(NESTE MOMENTO, OS DEPUTADOS E CONVIDADOS RETORNAM À MESA.)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Antes de passar aos assuntos pertinentes ao tema que estamos assistindo, convidamos as alunas Maiane e Maiara para interpretar a música Devolva-me.

(NESTE MOMENTO AS ALUNAS MAIANE E MAIARA INTERPRETAM A MÚSICA DEVOLVA-ME.)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Solicito ao 1º Secretário, Deputado Nico Baracat, que proceda ao encaminhamento do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Moção de Apoio do SICREDI de Mato Grosso:

"No intuito de apoiar e estimular a atividade de crédito cooperativista, ações

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ITINERANTE PARA DISCUTIR A LDO/2002, REALIZADA EM LUCAS DO RIO VERDE, DO DIA 1º DE JUNHO DE 2001, ÀS 19:00 HORAS.

consagradas inclusive no art. 174, § 2º, da Carta Magna: ‘a Lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas associativas’, a Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, através desta Moção de Apoio, expressa seu apoio e incentivo às seguintes ações que deverão ser encaminhadas às autoridades competentes para sua operacionalização:

O SICREDI vem prestando ao Estado de Mato Grosso eficiente serviço de arrecadação de tributos estaduais, sendo em diversos municípios a única instituição financeira presente.

Principalmente nestas localidades, onde o SICREDI é pioneiro, torna-se necessário que o pagamento do funcionalismo público estadual possa ser realizado em suas agências.

Assim, conclamamos o Exmº Sr. Governador do Estado de Mato Grosso para que utilize os pontos de atendimento pioneiros da SICREDI no pagamento do funcionalismo público, facilitando o dia-a-dia dos serviços estaduais e, evidentemente, da administração pública que contará com mais um instrumento para execução das suas atividades.

Tendo em vista o encerramento das atividades do Banco do Estado de Mato Grosso - BEMAT, e a necessidade do Estado de Mato Grosso em contar com uma instituição financeira que seja parceira no desenvolvimento estadual, solicitamos que o Exmº Sr. Governador do Estado promova o SICREDI em Mato Grosso ao patamar de uma instituição financeira, oficial do Estado, no fomento das suas atividades, uma vez que o SICREDI, em Mato Grosso, é a única instituição sediada no Mato Grosso e comprometida com o incremento das suas atividades socioeconômicas.

Com a alteração da Lei nº 7.827, de 27.09.89, que dispõe sobre a forma de repasse dos Fundos Constitucionais pela Lei nº 10.177, de 12.01.01, autorizando o repasse de seus recursos à instituições financeiras privadas, conclamamos o Conselho Gestor do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (CONDEL), através do Exmº Sr. Governador do Estado de Mato Grosso, para que seja sensível ao repasse dos valores pelo Banco do Brasil (instituição administradora do Fundo) via SICREDI-MT, para o produtor (tomador final dos recursos). Tal repasse representará mais uma opção na pulverização dos recursos aos cidadãos mato-grossenses e o desenvolvimento social a que se propõe o Fundo Constitucional.

Quanto ao Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT- solicitamos a atenção do Exmº Sr. Governador para que encaminhe pleito ao Conselho Gestor do Fundo (CODEFAT) a fim de que torne o SICREDI-MT agente repassador destes recursos, que serão utilizados no Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) e o Programa de Geração de Empregos (PROGER), eis que atualmente o SICREDI-MT já opera nestas linhas com recursos próprios equalizados pelo Tesouro Nacional, bem como do PRONAF investimento repassado pelo BNDES, disponibilizando aos micros e pequenos produtores condições de conquistarem sua independência econômica.

Na certeza que tais ações contribuirão com o desenvolvimento econômico e social do Estado de Mato Grosso, expressamos a nossa Moção de Apoio ao SICREDI.

Lucas do Rio Verde, em 1º de junho de 2001.”

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Essa matéria, aqui, Srs. Deputados, é solicitação de inclusão de matéria na pauta de votação desta Sessão Itinerante, relativa à Cooperativa Central de Crédito de Mato Grosso - SICREDI.

Em discussão a Moção de Apoio. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA) . Aprovada.

O SR. NICO BARACAT - Para encaminhamento.

“Lucas do Rio Verde, 31 de maio de 2001, à egrégia Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ITINERANTE PARA DISCUTIR A LDO/2002, REALIZADA EM LUCAS DO RIO VERDE, DO DIA 1º DE JUNHO DE 2001, ÀS 19:00 HORAS.

Sr. Presidente, solicitamos a inclusão de matéria na pauta de votação da Sessão Itinerante, já apresentada, lida e votada do SICREDI.”

Encaminhamento da Prefeitura de Santa Rita do Trivelato ao Exmº Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, Deputado Humberto Bosaipo.

Para encaminhamento: a restauração da MT-235, construção de ponte de concreto Rio Alegre e Rio Verde, na MT-235; construção do prédio para escola estadual; construção de uma quadra poliesportiva e ampliação do centro de saúde municipal.

Lido o expediente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - O Município de Santa Rita do Trivelato, portanto, encaminhada as reivindicações para que constem na LDO, que está sendo Pauta de discussão e que será apreciada pelas Comissões Técnicas no plenário da Assembléia Legislativa. O documento foi encaminhado à Assessoria Jurídica.

Eu gostaria que a Assessoria colocasse um microfone aqui para nós recebermos dos Vereadores, dos Líderes, as suas reivindicações e apresentá-las à Mesa.

Gostaria que se identificassem para que a Taquigrafia da Casa pudesse registrar o nome, o cargo a que estão se referindo.

O SR. JILOIR AUGUSTO PELICOLI - Sr. Presidente, o meu nome é Jiloir Augusto Pelicoli, conhecido como Mano. Eu gostaria aqui, já de antemão, de parabenizar o Sr. Presidente, do Deputado Nico Baracat e dos demais Deputados, por terem a iniciativa de trazer a discussão da LDO para o interior do Estado de Mato Grosso, que não seja só discutida na Capital, em Cuiabá. Isso é muito importante, trazer, vir ao encontro do interior do Estado para trocar idéias. A Assembléia Legislativa em nome de sua pessoa, Sr. Presidente e dos Srs. Deputados está de parabéns por essa iniciativa.

Eu aqui também quero cumprimentar, Sr. Presidente, todos os Deputados em nome de sua pessoa e dos Deputados que se fazem presentes neste momento, o Prefeito Municipal, em nome do qual cumprimento todos os Prefeitos dos Municípios vizinhos, o Dr. Guilherme Frederico Müller, Secretário de Planejamento, através do qual saúdo todos os Secretários do Município e visitantes.

Também quero aqui cumprimentar, em nome do Vereador Neri Geller, todos os Vereadores do nosso município e dos municípios vizinhos.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - O Vereador dispõe ainda de dois minutos, diminua os cumprimentos...

O SR. JILOIR AUGUSTO PELICOLI - Sr. Presidente, eu tenho aqui uma sugestão que eu gostaria que fosse apreciada pela Casa de Leis, a Assembléia Legislativa, que constasse na LDO a inclusão de uma ponte no Rio Verde ligando o Município de Sorriso diretamente saindo na cidade nova, que, com certeza, é o anseio de todos aqueles agricultores que moram naquele município. Gostaria que fosse apreciado por todos os Deputados.

Também aqui, Sr. Presidente, quero me manifestar sobre a questão do FETHAB, que é justamente específico para isso, eu gostaria que os Srs. Deputados revissem a questão da FETHAB, o Sr. Guilherme Frederico Müller também, a questão do nosso Município de Lucas do Rio Verde, que é um município pujante, com uma produção muito grande e eu acho que está se cometendo algumas injustiças na questão do FETHAB, sendo que o que é repassado para o nosso município é um valor insignificante, no meu pensamento. Então, eu gostaria que a questão do FETHAB fosse reanalisada, Srs. Deputados.

Quero aqui colocar, aproveitando a ocasião e a oportunidade, Sr. Presidente, e parabenizar o Senador Mozarildo Cavalcante, por ter criado, dentro do Congresso Nacional, a

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ITINERANTE PARA DISCUTIR A LDO/2002, REALIZADA EM LUCAS DO RIO VERDE, DO DIA 1º DE JUNHO DE 2001, ÀS 19:00 HORAS.

possibilidade de dividir o Estado de Mato Grosso. E quero aqui dizer, como Líder da Bancada do PSDB de Lucas do Rio Verde, que somos favoráveis, entendemos que o momento é difícil, a questão através da Lei n.º 9.709, de 1998, quando, até então, antes disso era através de decreto. Soubemos que é muito difícil, porque tem que haver um plebiscito no Estado inteiro, uma situação muito complicada, mas gostaríamos que, na medida do possível, com certeza, hoje ou amanhã, saia essa divisão do Estado e gostaríamos que Lucas do Rio Verde pertencesse ao novo Estado.

Mais uma vez, Sr. Presidente, agradeço a iniciativa de Vossa Excelência e dos demais Deputados, vindo ao encontro da comunidade para discutir a LDO junto com a população mato-grossense. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Nós é quem agradecemos.

Antes do próximo encaminhamento, recebemos da Câmara Municipal de Nova Mutum, assinado por todos os Vereadores, uma proposta daquela Câmara.

Eu solicito ao 1º Secretário que leia a proposta de Nova Mutum.

O SR. 1º SECRETÁRIO - "Senhor Deputado,

Pelo presente, a Câmara Municipal de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, solicita a Vossa Excelência a inclusão na Lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado de Mato Grosso, exercício de 2002, as seguintes obras para o Município de Nova Mutum:

- ponte de concreto sobre o Rio Ranchão, na estrada MT-235;
- ponte de concreto sobre o Rio Arinos, na estrada MT-235, que liga o Município de Nova Mutum ao Município de São José do Rio Claro;
- construção de uma escola estadual com capacidade para o atendimento de aproximadamente dois mil e seiscentos alunos do ensino fundamental e do 2º grau;
- construção de um ginásio de esportes coberto, junto à Escola Estadual já existente no município;
- pavimentação da MT-235, em toda a sua extensão.

Contamos com a vossa apreciação ao acima exposto, agradecemos antecipadamente.

Atenciosamente,

Joaquim Diógenes Jacobsen - PRESIDENTE

Clemente Franzener - VICE-PRESIDENTE

Plínio Cella - 1º SECRETÁRIO

Eurico Aparecido da Silva - 2º SECRETÁRIO

Nilson Ferreira Guimarães - VEREADOR

Pedro Cocatto Filho - VEREADOR

Sidney R. D. Ferreira - VEREADOR

Silvino Rupolo (Branco) - VEREADOR

Vanderlei Antônio de Ávila - VEREADOR

Lido o Expediente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Essas reivindicações são debatidas com a equipe do Secretário de Planejamento, Dr. Guilherme Müller, nas Comissões Técnicas, na Assembléia Legislativa, e certamente que contempladas na medida do possível na Lei de Diretrizes Orçamentárias para realizarmos esses intentos.

Nós pediríamos que colocassem os microfones à disposição para que as lideranças possam encaminhar as suas reivindicações.

Antes do ilustre companheiro se pronunciar, o Vereador Neri Geller, nosso amigo e

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ITINERANTE PARA DISCUTIR A LDO/2002, REALIZADA EM LUCAS DO RIO VERDE, DO DIA 1º DE JUNHO DE 2001, ÀS 19:00 HORAS.

companheiro, nós queremos comunicar ao Vereador Mano, que fez aqui a sua primeira fala, que o Deputado Silval Barbosa e eu, Presidente da Assembléia Legislativa, vamos convidar mais alguns Deputados que são simpáticos à idéia da divisão, nós somos favoráveis à divisão do Estado, que nós estaremos, a partir de agosto, discutindo em todas as câmaras municipais, com dados específicos, a divisão do Estado de Mato Grosso. Nós vamos agendar, aqui, também com a Câmara Municipal e todos os municípios essa discussão da divisão.

Eu gostaria de informar que o Deputado Ricarte de Freitas, do PSDB, do seu Partido, é o Relator do Processo de Divisão do Estado, é a grande oportunidade de Sinop ser a Capital do Estado de Mato Grosso, ou o Norte ter a Capital, está na mão do Deputado Ricarte de Freitas. Mas isso nós vamos discutir futuramente.

Com a palavra, o Vereador Neri Geller.

O SR. NERI GELLER - Sr. Presidente, Deputado Humberto Bosaipo, em nome do qual cumprimento todos os Deputados que aqui se fazem presentes e parabenizá-los por essa atitude, Deputado Moacir Pires, Deputado Pedro Satélite e demais, pela felicidade que tiveram de interiorizar a Assembléia Legislativa, através de sessões itinerantes.

Gostaria, também em nome do Prefeito, de cumprimentar a todas as lideranças, aqui presentes, do nosso Município, prefeitos da região, o Sr. Presidente Carlos Giroto, o Vereador Mano, e todos os Vereadores que se fazem presentes.

Eu quero ser bem breve, Sr. Presidente, e colocar alguns pontos de vista bem rápido.

Não vou citar, aqui, Sr. Presidente, as ações do Governo do Estado que, com certeza, foram muitas e foram muito benéficas para o nosso município, ao implementar cinco PADIC, projetos de microbacias, postos de saúde em nosso município, e diversas ações como ginásio de esportes e melhorias na educação. Com certeza, existem ainda falhas, e nós estamos aqui, enquanto representantes da população, para cobrar e estou encaminhando à Assembléia Legislativa, junto com os demais vereadores uma cobrança que o Prefeito Municipal fez e que nós devemos, no mínimo, apoiar.

Quero falar aqui, Sr. Secretário Guilherme Frederico Müller, e isso eu conversava bastante com o Deputado Riva, que sempre foi também um Deputado que nos auxiliou na questão da Segurança Pública aqui em nosso município. Avalizo e confirmo as palavras do Sr. Prefeito, porque eu tenho certeza que essa é a preocupação da população de Lucas de Rio Verde. O sistema de Segurança Pública, infelizmente, Sr. Secretário, em nosso Estado, alguma coisa não está certo.

Sr. Presidente, nós aqui, em Lucas do Rio Verde, temos deficiência em todos os sentidos. Nós temos policiais, temos o Cabo Moura, que está de parabéns, que faz um excelente trabalho, mas que não tem as mínimas condições para desempenhar o seu papel tão importante, que é dar segurança para os nossos munícipes.

Então, não quero me alongar, vou entregar aqui, Sr. Presidente, um ofício colocando essa deficiência que existe em nosso município, para que os Deputados, junto com o Secretário Guilherme Frederico Müller e junto ao Governo realmente atuem para que melhore essa nossa situação.

Quanto ao FETHAB, o Vereador Mano citou aí, nós não somos contra também ao FETHAB, nós somos a favor, mas quero colocar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que Lucas do Rio Verde contribui muito para a arrecadação do FETHAB. E quando nós conversávamos com o Deputado Pedro Satélite, nosso companheiro, ele nos falava que, na região Norte do Estado, o FETHAB está melhorando as estradas.

Lucas do Rio Verde está sendo muito pouco ou praticamente nada beneficiado. E aí, coloco uma sugestão, que eu tenho certeza que também é de interesse do Secretário de Agricultura e de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ITINERANTE PARA DISCUTIR A LDO/2002, REALIZADA EM LUCAS DO RIO VERDE, DO DIA 1º DE JUNHO DE 2001, ÀS 19:00 HORAS.

todos os nossos agricultores, para nós estadualizarmos essa Linha Um e conseqüentemente asfaltá-la. E aí sim, nós estaremos recebendo o que é de direito para o nosso Município, para o nosso agricultor, pois com certeza há essa grande arrecadação do município e também do nosso Estado. Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Nós recebemos da Câmara Municipal de Lucas do Rio Verde, assinado por todos os Vereadores e Vereadoras, expediente no sentido de tomarmos providência em relação às cadeias públicas, que foi exposto também pelo Prefeito, a construção do prédio da Delegacia da Polícia Civil - estou lendo para que todos saibam quais são os passos que os vereadores estão tomando.

Recebemos do Líder da Bancada do PSDB, Vereador Jiloir A. Pelicioli, Mano, expediente solicitando a inclusão na LDO da implantação de uma ponte de alvenaria sobre o Rio Verde, interligando o Município de Lucas do Rio Verde à comunidade de Morocó, Município de Sorriso, diminuindo a distância da sede do Município de Santa Rita do Trivelato, que eu e o Deputado Nico Baracat visitamos recentemente.

Estão registrados aqui os pedidos.

Estão abertas as inscrições para o uso da palavra. Eu gostaria de solicitar que sejam objetivos e falem o nome para que a Taquigrafia possa fazer o registro, porque esta é uma Sessão da Assembléia Legislativa do Estado aqui em Lucas do Rio Verde.

O SR. PETRONÍLIO DE SOUZA - Sr. Presidente, em nome de quem cumprimento os Deputados presentes e em nome do Prefeito Municipal cumprimento toda a platéia presente nesta noite.

Sr. Presidente, a minha reivindicação é simples, mas é uma cobrança dos nossos municípios.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Eu gostaria que o Senhor se apresentasse, por favor, para efeito de registro.

O SR. PETRONÍLIO DE SOUZA - Sou o Vereador Petronílio.

Nós temos uma grande cobrança por parte dos nossos municípios com referência à criação de um Cartório de Registro Civil em nosso Município. Nós já temos uma indicação aprovada na Câmara Municipal e temos o apoio da sociedade e, entendendo que para que isso venha a acontecer, dependemos do apoio dos Senhores Deputados e não poderíamos deixar de, nesta oportunidade, passar sem entregar as suas mãos essa reivindicação da nossa sociedade para que os Senhores possam entrar em contato com o órgão competente e nos ajudar. Nós já temos há três anos a nossa Comarca e não temos o nosso Cartório de Registro de Imóveis. Toda nossa documentação é registrada na cidade de Sorriso, e é uma cobrança dos agricultores que dependem desse registro para conseguirem financiamento junto ao Banco do Brasil.

Nesta oportunidade, nós estamos crendo que, após entregarmos às suas mãos essas reivindicações, muito breve, poderemos ter em nosso Município esse Cartório de Registro de Imóveis.

No mais, queremos agradecer a presença dos Senhores aqui. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra, o Presidente da Câmara de Lucas do Rio Verde.

O SR. CARLOS GIROTTO - Sr. Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Humberto Bosaipo, Deputados, Secretário Guilherme Müller, Prefeito Municipal, Vereadores de Lucas do Rio Verde, Vereadores da região, Prefeitos da região, demais autoridades, imprensa aqui presente, boa-noite e obrigado pela presença.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ITINERANTE PARA DISCUTIR A LDO/2002, REALIZADA EM LUCAS DO RIO VERDE, DO DIA 1º DE JUNHO DE 2001, ÀS 19:00 HORAS.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando vimos no painel a apresentação feita pelo Prefeito Municipal, o que tem que ser feito, hoje, em Lucas do Rio Verde é praticamente noventa e sete por cento com recursos do município.

Hoje, nós temos, aqui, uma ausência do Governo do Estado. Nós nos sentimos honrados com a sua presença, porque é uma aproximação que temos com a Assembléia Legislativa e, automaticamente, é uma aproximação que temos, Deputado Moacir Pires, com Cuiabá, com o Governo do Estado.

Então, são várias reivindicações, nós não queremos nada mais do que merecemos, do que contribuimos, do que arrecadamos.

O caso do FETHAB, nós nos posicionamos contra, veementemente contra, mas foi aprovado, existiu a Lei e nós temos que cumpri-la. Nós estamos, aqui, para cumprir a Lei, mas também o Estado deve cumprir a Lei, que é o repasse dos recursos. O que nós queremos é simplesmente... Nós temos a estrada da Baiana, estrada estadual, que não é atendida devidamente pelo recurso do FETHAB. Nós temos mais de duzentos quilômetros de estradas vicinais em Lucas do Rio Verde, são estradas do município, e esses recursos não vem às estradas municipais. Nós queremos apenas administrar, que nos dêem oportunidade, não precisa ser cem por cento, mas que nós, através de uma associação, através de um sindicato, através da própria prefeitura, nós possamos pegar esses recursos e administrar, e queremos também a fiscalização do Governo do Estado para ver se esses recursos estão sendo bem aplicados ou não. Não queremos nada de extraordinário, apenas a indicação do que deve ser feito com esse dinheiro. Só o que Lucas do Rio Verde arrecada, eu digo que não precisa ser tudo, com cinquenta por cento do que o FETHAB arrecada, nós podemos montar uma patrulha de máquinas e localizá-las em diversas comunidades do interior e não vamos mais ter problema de estradas.

Segurança, já foi falado. Nós não temos a presença do Governo do Estado nessa parte da Polícia Civil e da Polícia Militar, principalmente na Polícia Civil, onde nós reivindicamos a troca da Delegada por motivos óbvios, que não precisamos falar agora. E, realmente foi substituída por ninguém, tiraram a Delegada e nós ficamos a Deus dará, com a Delegacia jogada...

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Só quero orientar Vossa Excelência que os assuntos que já foram encaminhados formalmente, pode ter certeza que nós já vamos tomar as providências. Já recebemos.

Eu gostaria de dizer que se Vossa Excelência tem outro assunto que não os que já foram oficiados...

O SR. CARLOS GIROTTO - Então, explicando, nós temos aqui uma área de mais ou menos noventa mil hectares que é a famosa Morocó, logo após o Rio Verde, que é encostada aqui. Os agricultores de Morocó, que são residentes em Lucas do Rio Verde, que têm crianças que estudam aqui, que usam os bancos daqui, que entregam o produto aqui, que moram em Lucas do Rio Verde, que usam os serviços municipais de Lucas do Rio Verde, a grande maioria, senão a maioria, quer pertencer a Lucas do Rio Verde...

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Esse é um assunto que o ilustre Presidente e os interessados deverão encaminhar à Assembléia Legislativa e eu designo a Comissão Permanente de Revisão Territorial para analisar. Mas é preciso ter a formalização de um documento nesse sentido, inclusive, com o mapa, obviamente, que é uma questão um pouco delicada, porque tira área de outro município.

Está aqui o Presidente da Comissão Permanente de Terra, o Deputado Pedro Satélite, que poderá dar toda a assessoria a Vossa Excelência.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ITINERANTE PARA DISCUTIR A LDO/2002, REALIZADA EM LUCAS DO RIO VERDE, DO DIA 1º DE JUNHO DE 2001, ÀS 19:00 HORAS.

O SR. CARLOS GIROTTO - Eu vou pedir ao representante de Morocó que traga aqui um pedido assinado por todos os Vereadores, inclusive, pelo Prefeito Municipal, com o aval daquela comunidade, que explica as razões porque eles querem ser anexados a Lucas do Rio Verde. Então, o representante de Morocó, o agricultor Leonildo Barem, ele pede um protocolo, Sr. Presidente, que foi recebido, para que conste nos Anais da Assembléia Legislativa.

(NESTE MOMENTO, O AGRICULTOR FAZ A ENTREGA DO PEDIDO À MESA)

O SR. CARLOS GIROTTO - A comunidade de Morocó pertence ao Município de Sorriso, é logo aqui, depois da ponte. Fica a um quilômetro...

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Sr. Presidente da Câmara, o pedido está recebido. Vossa Excelência tem um minuto para encerrar.

O SR. CARLOS GIROTTO - No mais, quero agradecer a presença de todos os Deputados, fiquei muito feliz com a idéia de participar da Sessão da Câmara, agora no mês de agosto, e coloco a Câmara Municipal de Lucas de Rio Verde à disposição dos Srs. Deputados para o que for necessário. Agradeço a presença de todos. Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSIAPO) - Vou encaminhar ao Presidente da Comissão de Revisão Territorial, praxe da Assembléia Legislativa, Deputado Pedro Satélite, que também terá a incumbência, no futuro, de coordenar a divisão do Estado. A divisão também será votada pela Assembléia Legislativa e o Deputado Pedro Satélite terá um papel muito importante nesse pleito de divisão.

O Sr. Moacir Pires - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSIAPO) - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Moacir Pires.

O SR. MOACIR PIRES - Eu gostaria de sugerir à Mesa que as reivindicações aqui recebidas do Município de Lucas do Rio Verde e dos municípios vizinhos e também as emendas à LDO fossem feitas em conjunto com os Deputados que aqui estão participando, bem como as reivindicações feitas pelo Prefeito a mim sobre a questão da pauta do arroz, do milho e pedir ao DETRAN explicações sobre o porquê não fez os repasses das multas, no valor de duzentos e vinte e cinco mil. Solicito que sejam feitas em conjunto com todos os Deputados que participam desta Sessão.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSIAPO) - Deferido, Deputado. (PALMAS)

Na seqüência, com a palavra o Prefeito de Nova Mutum.

O SR. ADRIANO XAVIER PIVETTA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Prefeitos. Sr. Presidente, Vossa Excelência recebeu da Câmara de Nova Mutum, assinado pelos Vereadores, e eu gostaria de reforçar um dos itens, que é com relação a nossa MT-235, que corta todos o Município de Santa Rita do Trivelato, Nova Mutum e São José do Rio Claro para que incluam a restauração dessa MT e uma ponte sobre o nosso Rio Arinos, porque a única que tinha lá pegou fogo e nós estamos sem.

Eu gostaria de contar com...

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSIAPO) - Essa ponte está no ofício da Câmara também?

O SR. ADRIANO XAVIER PIVETTA - Positivo.

Seria apenas isso e eu agradeço. Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSIAPO) - Com a palavra, o Sr. Ison Matschinske, Prefeito de Santa Rita do Trivelato.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ITINERANTE PARA DISCUTIR A LDO/2002, REALIZADA EM LUCAS DO RIO VERDE, DO DIA 1º DE JUNHO DE 2001, ÀS 19:00 HORAS.

O SR. ILSON MATSCHINSKEN - Sr. Presidente, Srs. Deputados, demais lideranças e comunidade de Lucas do Rio Verde, boa-noite.

Eu sou Ison Matschinske, Prefeito de Santa Rita do Trivelato, município novo, instalado em 1º de janeiro de 2001.

Deputado Presidente, nós encaminhamos uma pauta de reivindicações para que façam parte como meta para o Orçamento de 2002.

Eu só queria reforçar o que já foi falado, a questão do FETHAB, se nós temos que pagar imposto porque é lei, que se ache uma solução para as nossas estradas estaduais, que seria a patrulha rodoviária do FETHAB, para a região de Santa Rita do Trivelato, Nova Mutum, Lucas do Rio Verde e Tapurah.

Então, que o Senhor envidasse esforços para que ela aconteça o mais rápido possível, e também que se rediscuta esse FETAHAB, de repente, nos moldes de distribuição do ICMS, o município que contribui mais, que ele tenha algum recurso para administrar junto à prefeitura.

No mais, eu quero parabenizar a Assembléia Legislativa por essa interiorização, que isso aconteça mais vezes.

Eu gostaria de aproveitar a oportunidade, Sr. Presidente, se me permite, para dizer e convidar a todos para, de 13 a 14 de junho, participarem da nossa tradicional Festa da Matrxnã e quem quiser saborear um gostoso matrxnã que venha visitar Santa Rita do Trivelato, um dos municípios novos, mas com todas as condições de ser um grande município no Estado de Mato Grosso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Nós queremos parabenizar o Prefeito de Santa Rita do Trivelato, nós estivemos no município, ele está muito bem cuidado, já adquiriu um patrol, uma pá carregadeira, com recursos próprios, está pagando.

O Governo do Estado, através do trabalho de todos os Srs. Deputados, e aqui eu quero também homenagear o Deputado Riva que é um Deputado municipalista, nós conseguimos já colocar um patrol nos novos municípios, e confirmar, Sr. Prefeito, que estaremos, no dia 14 ou 15, entregando o carro da polícia lá, com o Coronel Moraes, conforme prometemos.

O SR. NARRADOR (ÉDER BATISTA) - Com a palavra, o Sr. Gelson Pinto, Vereador de Diamantino.

O SR. GELSON PINTO - Exmº Deputado Humberto Bosaipo, Presidente da Assembléia Legislativa, em nome do qual eu cumprimento a Mesa; em nome do Vereador George, Presidente da Câmara Municipal de Nova Mutum, eu cumprimento todos os vereadores companheiros; demais senhoras e senhores, aqui presentes.

Eu gostaria de unir aos municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Santa Rita do Trivelato, municípios produtores que são responsáveis, juntamente com Diamantino e outros, pela arrecadação do FETHAB. Em Diamantino, este ano, nós recebemos uma equipe do FETHAB para dar manutenção na rodovia MT-010, que é rodovia de chão, agradecer o empenho dos Srs. Deputados, e dizer que nós ainda estamos sonhando com o asfaltamento de Diamantino a São José do Rio Claro. É um pleito que nós já reivindicamos ao Deputado Joaquim Sucena, Eliene e também ao Deputado Moacir Pires e ao Deputado Nico Baracat, quando numa reunião dos municípios, em Diamantino.

Também dizer em nome do Prefeito Municipal de Diamantino, Chico Mendes, que pediu desculpas porque não pôde vir e solicitou para que fosse feita uma dessas Sessões no Município de Diamantino. Agradeceu a presença do Governo do Estado no município, mas também solicitou uma Sessão - não sei se já está agendado - no Município de Diamantino.

No mais, obrigado e boa-noite a todos. (PALMAS)

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ITINERANTE PARA DISCUTIR A LDO/2002, REALIZADA EM LUCAS DO RIO VERDE, DO DIA 1º DE JUNHO DE 2001, ÀS 19:00 HORAS.

O SR. NARRADOR (ÉDER BATISTA) - Com a palavra, o Sr. Chagas Abrantes, Vereador de Sorriso.

O SR. CHAGAS ABRANTES - Deputado Humberto Bosaipo, Presidente da Assembléia, Sr. Otaviano Olavo Pivetta, grande Líder Regional do PPS, senhoras e senhores.

Nós estivemos analisando rapidamente a LDO do ano de 2001, Srs. Deputados, e nós vimos lá no item Construção de Casas Populares apenas duzentas casas. Duzentas casas é o que o Prefeito Otaviano Pivetta construiu em quatro anos aqui em Lucas do Rio Verde. Então, que Vossa Excelência possa aumentar esse número na LDO.

Nós também vimos aqui na Meta Aumentar a Produção Primária e Industrialização em 30% até 2003, que tem uma série de incentivos a diversas atividades econômicas do Estado e até à eletrificação rural, mas, esta LDO, não contempla o incentivo à produção de energia, Sr. Presidente, que é um problema grave que nós estamos vivendo neste momento.

Então, eu quero sugerir a Vossa Excelência que coloque na LDO o incentivo à energia, principalmente usando os recursos naturais que são fartos no Estado de Mato Grosso.

Com relação ao meu Município de Sorriso, eu quero apenas deixar aqui registrado que estarei levando o pleito por escrito no gabinete do Deputado Humberto Bosaipo, que tem abertas as suas portas para Sorriso, que não tem um representante.

Eu quero pedir a Vossa Excelência que coloque na LDO a construção de um colégio lá no lado direito da BR, sentido Sinop, onde moram mais de dez mil pessoas, Sr. Presidente, e essas pessoas, muitas vezes estão desistindo de ir à escola por conta de não se ter ali um colégio de ensino médio e que se construísse também uma quadra coberta, que infelizmente Sorriso está precário nessa área. Invejamos o Prefeito Otaviano Pivetta quando constrói oito ginásios de esportes aqui no município, enquanto Sorriso construiu um ou dois muito precariamente lá em nosso município.

Essas são as nossas reivindicações, falando aqui em nome da Câmara Municipal de Sorriso, a qual represento neste momento. Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Solicito ao nobre Parlamentar que encaminhe a proposta da política habitacional, produção de energia, construção de colégio e construção da quadra coberta de Sorriso à Assembléia Legislativa.

Quero comunicar que em Mato Grosso estão sendo construídos aproximadamente cerca de trinta PCH, pequenas usinas hidroelétricas, aproximadamente, mas com a crise de energia no País... A potencialidade do nosso Estado é incomensurável nessa área e foi uma boa lembrança do eminente Vereador, e é um tema que queremos discutir posteriormente com todo o Estado de Mato Grosso.

O SR. NARRADOR (ÉDER BATISTA) - Com a palavra, o Sr. Carlos Matos, Secretário Municipal de Indústria e Comércio de Sorriso.

O SR CARLOS MATOS - Nobre Presidente, em nome do qual cumprimento a Mesa composta, senhoras e senhores.

Falo hoje em nome do nosso Prefeito José Domingos, de Sorriso, e quero, Deputado Humberto Bosaipo, encaminhar a Vossa Excelência alguns documentos, pedindo alguma reivindicações ao nosso município de Sorriso.

Eu vou fazer algumas menções aqui, rapidamente, devido ao tempo.

Na Educação, nesses últimos oito anos, infelizmente, Sorriso não ganhou sequer uma sala de aula do Estado de Mato Grosso, o que nós temos foi construído pelo Município de Sorriso, com recursos próprios. Então, solicitamos em Sorriso três escolas de 2º grau, com dez salas de aula na sede

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ITINERANTE PARA DISCUTIR A LDO/2002, REALIZADA EM LUCAS DO RIO VERDE, DO DIA 1º DE JUNHO DE 2001, ÀS 19:00 HORAS.

do Município, uma no Bairro Industrial, uma no Jardim Primavera e uma no Boa Esperança.

Na Segurança, solicitamos a construção e implantação da Defensoria Pública no Município de Sorriso, que não tem em nosso município; a construção da sede da Promotoria Pública na sede no nosso Município; a ampliação e conclusão do Fórum do nosso município; construção da sede do Destacamento da Polícia Militar de Sorriso, que hoje está num espaço precário, cedido pelo nosso município também; a construção da Delegacia da Polícia Civil, que também é precária e ocupa um imóvel do Poder Público de Sorriso; e a construção e instalação da Delegacia da Mulher - eu sei que a Assembléia Legislativa tem esse poder e pode nos ajudar nesse sentido.

Na Saúde, solicitamos a reforma e ampliação do Hospital Regional de Sorriso, porque a demanda é muito grande, até porque atende vários municípios da região aqui do Médio Norte; equipar com UTI o nosso Hospital Regional, que foi divulgado que ia ser implantada e, na verdade, foi só no papel e lá nada foi feito, mas foi divulgado pelo Governo Estadual e, infelizmente, não foi implantada, assim, solicitamos que seja implantado de fé e de fato em Sorriso a UTI no Hospital Regional de nosso Município.

No Transporte, Srs. Deputados, solicitamos a pavimentação da Rodovia MT-242, trecho entre Sorriso e Paranatinga; a construção de uma ponte de concreto, com vão de 200m, sobre o Rio Teles Pires, acesso à Gleba Barreiro, naquele município; e a construção de uma ponte de concreto sobre o Rio Verde, na MT-242, ligando Sorriso a Tapurah, desta forma facilitando a ligação Tapurah/Sorriso à Gleba do Ipiranga.

Na questão de energia, solicitamos a construção de quinhentos quilômetros de rede de energia elétrica para atender produtores rurais, visando aumentar a produção de grãos. Sorriso hoje está em primeiro lugar na produção nacional de grãos, produzindo hoje 2% do que se produz no Brasil. Portanto, solicitamos que seja atendida essa reivindicação no setor de energia elétrica para beneficiar o nosso produtor rural. Concessão de linhas de crédito para financiar equipamentos de irrigação e produtores rurais de Sorriso, visando aumentar a produção, através de programas especiais.

Na Indústria e Comércio, solicitamos que seja inserida uma promoção industrial, através de obras de infra-estrutura, como serviço de terraplanagem, pavimentação asfáltica de pátios e vias de acesso entre a BR-163 e as empresas hoje instaladas ao longo dessa rodovia; e a concessão, que hoje se fala muito, mas nada se faz, como, por exemplo, é o caso do FUNDEI, que já está criado, mas, quando se busca, não se consegue chegar a esse recurso financeiro. Na verdade, hoje, de cada cem que busca, três, quatro, talvez, conseguem, o resto fica a "ver navios". Então, solicitamos que sejam realmente criadas linhas de crédito que venham realmente beneficiar o nosso pequeno industrial, o nosso pequeno comerciante, para que realmente o Estado possa ser firme e forte, mas não com metas, não com projetos que fiquem no papel, mas projetos que venham realmente ao encontro dos interesses do nosso comerciante, do nosso industrial.

Eu passo à Mesa, para que sejam protocolados os nossos documentos.

Eu parabeno a Assembléia Legislativa, Deputado Humberto Bosaipo, por essa atitude honrosa de estar saindo de Cuiabá e vindo, aqui, na base, discutir conosco as nossas vontades e o que nós precisamos.

Sorriso, hoje, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, enfim, essa região, aqui, é a que mais produz grãos para Mato Grosso e para o Brasil. Portanto, devemos e temos que ter respeito por parte do Governo, dando-nos aquilo que nós produzimos. Muito obrigado.

O PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Meu caro Carlos Matos, depois desse plano de Governo, eu acho que a Capital vai ser lá. Muito obrigado pela sua participação.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ITINERANTE PARA DISCUTIR A LDO/2002, REALIZADA EM LUCAS DO RIO VERDE, DO DIA 1º DE JUNHO DE 2001, ÀS 19:00 HORAS.

O SR. NARRADOR (ÉDER BATISTA) - Com a palavra, a estudante Ana Paula, de Lucas do Rio Verde.

A SRª ANA PAULA - Boa-noite a todos.

Nós agradecemos a presença de vocês aqui na nossa cidade, pois para nós é um privilégio muito grande.

Eu gostaria de saber quais são as possibilidades de haver uma extensão da UNEMAT ou UFMT, aqui em Lucas do Rio Verde.

Essa é a minha pergunta. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Essa sua pergunta, minha cara estudante, já vai ser transformada num pleito de todos os Deputados para a UNEMAT.

O SR. NARRADOR (ÉDER BATISTA) - Com a palavra, o Sr. Alei Fernandes, Vereador de Sorriso.

O SR. ALEI FERNANDES - Sr. Deputado Humberto Bosaipo, em nome do qual eu quero cumprimentar todos os Deputados e os presentes, aqui, nesta noite.

Eu quero só deixar aqui uma reclamação nossa e um pedido para que se coloque em Sorriso a construção de casas populares, porque até hoje Sorriso não teve uma casa popular construída, nem pelo Governo Municipal, nem Estadual. Então, essa é uma das reivindicações nossa.

Uma outra reivindicação, já colocada pelo companheiro Carlos Matos, de Sorriso, e que já foi entregue em suas mãos, é a construção da ponte de alvenaria que liga a Gleba Barreira a Sorriso, uma região que corresponde a um grande volume da produção de Sorriso.

Eu quero parabenizar, também, a Assembléia por essa atitude, e dizer que estamos torcendo para que o Governo do Estado consiga, realmente, concluir suas metas para esse mandato. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Nós queremos comunicar aos líderes de Sorriso, que estão aqui, principalmente os vereadores, que nós realizamos uma Audiência Pública sobre segurança, a pedido do Deputado Silval Barbosa e do Deputado Nico Barocat, recentemente naquele município, e discutimos com o Governador e com o Secretário Corbelino todas aquelas questões e estamos atentos aos encaminhamentos e, posteriormente, vamos comunicar à Câmara Municipal de Sorriso.

O SR. NARRADOR (ÉDER BATISTA) - Com a palavra, o aluno da 8ª série Maicon Alex, da Escola Olavo Bilac.

O SR. MAICON ALEX - Boa-noite aos Srs. Deputados aqui presentes e a todos também.

Nós somos alunos da 8ª série e queremos saber qual a possibilidade de trazer uma escola de ensino médio, estadual, porque é muito difícil para os alunos daqui, das 8ªs séries, irem para outro lado, sendo que já estão lá as outras escolas, são duas e é capaz de não ter vaga no próximo ano, porque são muitos alunos formandos de 8ª série, para começar o ensino médio.

Então, nós estamos preocupados com isso e queremos saber qual a possibilidade de trazer uma escola para cá.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - De trazer uma escola...

O SR. MAICON ALEX - De trazer uma escola de ensino médio, ou seja, de 2º grau para cá, deste lado da cidade.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Nós vamos consultar o Secretário de Educação e vamos responder para o Prefeito.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ITINERANTE PARA DISCUTIR A LDO/2002, REALIZADA EM LUCAS DO RIO VERDE, DO DIA 1º DE JUNHO DE 2001, ÀS 19:00 HORAS.

O SR. NARRADOR (ÉDER BATISTA) - Com a palavra, o Sr. Pedro Girardi, fazendeiro do Município de Lucas do Rio Verde.

O SR. PEDRO GIRARDI - Sr. Presidente, Sr. Prefeito e demais membros da Mesa.

Eu gostaria de saber sobre o IBAMA. Eu acho que está havendo um problema na região, estão preocupados com a queima de meia dúzia de montinhos de lenha, ficam prendendo produtores, castigando produtores, impedindo que isso se realize, enquanto vemos as bacias dos banhados sendo secadas sem nenhuma legislação, sem nenhuma fiscalização, e não vemos nenhuma preocupação por parte do Poder Político de Mato Grosso em defesa do meio ambiente a respeito do produtor. Porque hoje um produtor que tem mil hectares aberto, ele planta bem, ele colhe, ele está aí, o produtor que quer começar abrir sua área, ele está impedido, porque não consegue licença.

Em Sorriso, na semana passada, os produtores fizeram um Dia de Campo, chamaram o pessoal do meio ambiente e não vimos nenhum político dar apoio a essa classe.

Então, gostaríamos que a classe política de Mato Grosso fizesse alguma coisa a respeito disso, porque nós não vamos ampliar a produção, impedindo o colono de queimar um monte de lenha, montinho de raiz não causa incêndio, não causa prejuízo ao meio ambiente. Vamos discutir essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Muito bem.

Eu só quero avisar para o Senhor que os políticos não têm muita culpa disso. Nós participamos, sim, já fizemos algumas audiências públicas, e vamos ter audiência pública, possivelmente, aqui novamente, em Sorriso, Sinop, e gostaria que o Senhor participasse, porque vamos discutir o geoprocessamento do Estado no projeto que o Governo do Estado vai mandar para a Assembléia Legislativa, nós vamos discutir onde vai ser possível desmatar, onde não vai ser possível, onde vocês que, às vezes, ultrapassarem a questão ambiental, vão ter que reflorestar, nós estamos atentos, já começamos essa discussão em todo Estado e vamos passar também pela BR-163.

Mas agradeço a sua participação e o informo que o IBAMA é da área Federal, mas nós vamos dar uma cutucada lá, também, juntamente com a FEMA, que é da área estadual Muito obrigado.

O SR. NARRADOR (ÉDER BATISTA) - Com a palavra, o Sr. Morelo, Vereador da Câmara Municipal de Sorriso.

O SR. MORELO - Deputado Humberto Bosaipo, em nome do qual eu cumprimento os demais componentes da Mesa; senhoras e senhores.

Deputado Humberto Bosaipo, já que é para discutir a LDO, eu gostaria que Vossa Excelência estivesse discutindo o problema de segurança pública em Sorriso, mas Sorriso tem uma cadeia pública que era uma escola. Neste ano, houve cinco fugas, ela tem um potencial para vinte e cinco presos, tem mais de quarenta. Gostaria que Sorriso fosse contemplado no 1.3, com uma cadeia pública, realmente, que desse segurança. Embora tenhamos que trabalhar mais no preventivo, mas é uma situação que necessita. Também, eu gostaria, na prevenção de sinistro e emergência, que Sorriso fosse contemplado com o Corpo de Bombeiros. Nós sabemos que o FETHAB está fazendo esse trabalho, parece que vai se desmembrar nesse sentido, e eu gostaria, como representante e liderança política, que nós fossemos contemplados também com o Corpo de Bombeiros.

Essas são as nossas considerações para que possa alterar a LDO. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. NARRADOR (ÉDER BATISTA) - Com a palavra, o Sr. Naildo da Silva Lopes, Secretário Municipal da Agricultura do Município de Nova Mutum.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ITINERANTE PARA DISCUTIR A LDO/2002, REALIZADA EM LUCAS DO RIO VERDE, DO DIA 1º DE JUNHO DE 2001, ÀS 19:00 HORAS.

O SR. NAILDO DA SILVA LOPES - Sr. Presidente Humberto Bosaipo, em seu nome cumprimento a todos os Deputados presentes, o Sr. Secretário Guilherme Frederico Müller, em nome do qual cumprimento todos os Secretários aqui presentes. E também em nome do nosso companheiro batalhador, que hoje mostrou a pujança do que é Lucas do Rio Verde, nosso grande companheiro e amigo, Otaviano Olavo Pivetta, e em seu nome cumprimento a todos aqui e a todos os moradores de Lucas do Rio Verde.

Eu gostaria de reforçar a questão do FETHAB. Parece-me que na mão do Governo Estadual não está dando certo para a nossa região. Faço uma proposta, que, pelo menos, rache no meio e mande essa metade para nós, porque nós vamos saber o que fazer com o FETHAB.

Outra questão, até que aquele senhor levantou, a questão da FEMA. Infelizmente, ao assumir a Secretaria de Agricultura nós fomos verificar o que é a FEMA no Estado e existe uma diferença muito grande do que o IBAMA faz e o que a FEMA faz. Nós sabemos que o IBAMA trabalha as áreas até duzentos hectares e, acima disso, a responsabilidade é da FEMA.

Srs. Deputados, existe uma “máfia” muito grande imperando no sistema estadual da Fundação do Meio Ambiente. Infelizmente, Nova Mutum ainda tem mais de duzentos mil hectares para abrir deixando a sua reserva. E o que acontece? Existem pessoas vinculadas à FEMA que estão codificando e ao mesmo tempo levando o cartão para a elaboração de projetos. O custo da elaboração desses projetos é de, no mínimo, dois mil e quinhentos reais a três mil reais, as licenças de desmate e as licenças de queima, eu tenho certeza que, de 80% a 90% dos produtores de Nova Mutum e de Sorriso não saíram. E a partir do dia 1º não tem mais queima no Estado.

Faço esta denúncia porque isso está ocorrendo, de uma forma descabida, no Estado de Mato Grosso, inclusive já levantamos que a FEMA possui cinquenta e dois funcionários, cinquenta e um morando na Capital e um em Tangará da Serra. Nós precisamos que o pessoal da FEMA se localize no interior, porque lá nós podemos também fiscalizar o seu trabalho, sem essa corrupção desenfreada que assola.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Informo ao Senhor que dispõe de mais um minuto para encerrar a sua palavra.

O SR. NAILDON DA SILVA LOPES - E a BR-163, que está esquecida, e solicito um empenho muito grande, porque ela está engessando o desenvolvimento do Nortão. E é por isso tudo que essa questão da divisão está sendo discutida, porque o Nortão está esquecido pelo Governo do Estado.

Por último, a questão da sobretaxa do ICMS do algodão importado. Mato Grosso passou a ser o maior produtor de algodão do Brasil, mas o Governo não está sobretaxando o algodão importado. Se ele não sobretaxar o algodão importado, provavelmente, esse algodão que os Senhores estão vendo aqui nessa decoração, nos próximos encontros não serão vistos, porque vai ser inviável economicamente ao produtor.

Eram essas as nossas colocações. Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. NARRADOR (ÉDER BATISTA) - Convido para fazer uso da palavra o Sr. Elizeu de Oliveira, Vereador do PPS, do Município de Tapurah.

O SR. ELIZEU DE OLIVEIRA - Quero cumprimentar Vossa Excelência, Deputado Humberto Bosaipo, os demais Deputados que compõem a Mesa, o Prefeito de Lucas do Rio Verde e os Vereadores aqui de todos os municípios.

Deputado Humberto Bosaipo, o pedido que faço a Vossas Excelências não é muito fácil de ser cumprindo, mas a pedido de Vossas Excelências, trabalhando em prol, podemos conseguir o que estamos pedindo.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ITINERANTE PARA DISCUTIR A LDO/2002, REALIZADA EM LUCAS DO RIO VERDE, DO DIA 1º DE JUNHO DE 2001, ÀS 19:00 HORAS.

Nós temos duas estradas estaduais que cortam o Município de Tapurah, uma é a 338 e a outra é a MT- 010, pegando de São José do Rio Claro, encontrando a BR-220. Quanto à 338, Deputado, nosso sonho, nós estamos esperando já há doze anos que seja concluído o asfalto e espero que não demore muito a ser concluído. O Governador Dante de Oliveira nos prometeu a conclusão desse asfalto até o final do seu mandato, e nós sabemos que não vai ser concluído. Mas que vocês não se esqueçam de nós e coloquem no Orçamento para que conclua pelo menos até Tapurah, porque a falta desse asfalto, para nós, como agricultores, encarece a vinda dos nossos insumos e a retirada dos nossos produtos.

A MT-010, que seja levantada e encascalhada, porque essa estrada é estadual e nada tem sido feito por ela. Então, nós pedimos que vocês, junto ao FETHAB, consigam uma verba para que seja concluída essa estrada, porque ela é uma espinha dorsal do nosso município.

Gostaria, também, que vocês olhassem por Tapurah, porque lá nós não temos, sequer, uma casa popular, e, se for possível, colocar dentro do Orçamento para que possamos vir a ter casas populares lá.

Um problema de urgência é a nossa Polícia Militar que se encontra sem nenhuma viatura. Já faz cinco meses que foi retirado o carro que lá existia, e a nossa polícia, para atender o povo, anda de bicicleta ou a pé pelas ruas. Isso para nós está sendo muito lamentável e muito dificultoso, pois a nossa polícia não tem sequer um carro para poder atender o nosso povo.

Vocês sabem que lá em Tapurah é onde se tem o maior assentamento do Brasil e onde tem dois municípios novos criados, e a segurança está sendo lastimável, porque nem a sede tem um atendimento, porque não tem nenhuma viatura para ser atendido.

Então, eu gostaria que vocês olhassem com carinho o quanto antes e pudessem sensibilizar o Governador para que mandasse uma viatura para nós, porque nós sabemos que a Polícia Militar está sob o comando do Governador. Então, que olhassem com carinho e mandassem isso com urgência para nós.

Gostaria, também, que vocês olhassem para os assentamentos existentes naquele município. Lá falta tudo, minha gente, é um povo carente, onde foi feito um assentamento e onde a maioria está esquecida, falta escola, falta estrada, e tudo mais. Então, nós pediríamos que vocês olhassem com carinho. Nós contamos com o apoio de vocês. Meu muito obrigado.

O SR. NARRADOR (ÉDER BATISTA) - Com a palavra, a estudante Ricarda Maria da Silva.

A SRª RICARDA MARIA DA SILVA - Boa-noite a todos.

A pergunta que eu queria fazer é se vai haver concurso público ainda este ano e gostaria de saber também se vai haver reposição salarial aos funcionários e aos professores também.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Concurso público da Educação?

A SRª RICARDA MARIA DA SILVA - Sim.

Só isso, Sr. Presidente, obrigada.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Sobre concurso público, Dr. Guilherme Frederico Müller, o Senhor tem alguma notícia sobre o concurso da Educação? Na Educação, não vai ter concurso este ano; reposição salarial é uma questão que a Assembléia Legislativa está discutindo, assim como os subsídios das categorias.

Por último, a participação da Srª Eneide Uggeri, Diretora Geral da Fundação de Ensino Superior de Nova Mutum.

A SRª ENEIDE UGGERI - Digníssimo Presidente, em cuja pessoa nós

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ITINERANTE PARA DISCUTIR A LDO/2002, REALIZADA EM LUCAS DO RIO VERDE, DO DIA 1º DE JUNHO DE 2001, ÀS 19:00 HORAS.

cumprimentamos os demais componentes da Mesa de trabalho, ilustre Prefeito deste município, Sr. Otaviano Olavo Pivetta, em cuja pessoa nós cumprimentamos os demais presentes.

Aproveitamos a oportunidade para agradecer ao Sr. Prefeito por este espaço destinado a nós de Nova Mutum e ao Sr. Presidente. Muito obrigada.

No item Expansão e Melhoria do Ensino Superior na LDO, nós solicitaríamos, em nome da Fundação Municipal de Ensino Superior de Nova Mutum, verificar a possibilidade de se incluir parcerias com a UNEMAT. Na qualidade de instituição pública de terceiro grau, que nós somos, da mesma forma que a UNEMAT se trata de uma instituição pública, e a nossa é uma proposta, uma tentativa de democratização do ensino de terceiro grau no interior do Estado.

Nós solicitaríamos então, essa verificação de possibilidade de parcerias com a UNEMAT no sentido de expansão e melhoria do Ensino Superior, Ensino de terceiro grau. E se não for pedir demais, verificar a possibilidade de serem incluídos também alguns recursos a uma instituição pública de ensino de terceiro grau, que já vem sendo mantida em Nova Mutum há cinco anos.

Muito obrigada pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Eu queria fazer uma pergunta para a professora. Quais os cursos que a instituição ministra aqui.

A SR^a ENEIDE UGGERI - Atualmente, temos cinco cursos de graduação e dois de pós-graduação, os de graduação são: Ciências Contábeis, Pedagogia - os primeiros criados na instituição - Administração de Empresas, Tecnologia em Informática e em convênio, em parceria com a UNIRONDON, Ciências Sociais. Esses são em nível de graduação. Em nível de pós-graduação mantemos um outro curso em convênio com a UNIRONDON, que é Administração Contábil para a tomada de decisão, atendendo a área empresarial e, na área de Educação, na área pedagógica, mantemos Psicopedagogia, em convênio com a UNIVAG. São esses os cursos que atualmente mantemos e temos planos de expansão de novos cursos.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Eu sugiro a Senhora que mantenha contato com o Reitor Arno Reider, da UNEMAT, diretamente, porque há uma possibilidade muito grande de se fazer esse convênio, essa parceria, e a Senhora pode fazer diretamente com ele. Ele já está fazendo em alguns outros municípios, porque é um Reitor que está interiorizando a UNEMAT e está fazendo um trabalho muito bom nesse sentido.

Como a Senhora já tem alguns cursos aqui e certamente já são cinco anos, quer dizer, o estágio probatório já é muito bom e certamente ele vai lhe dar uma atenção muito especial.

A SR^a ENEIDE UGGERI - Pois não.

Mais uma vez, Sr. Presidente, muito obrigada pela oportunidade e obrigada ao Prefeito deste Município também por esta chance. Muito obrigada. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Voltando à questão da pergunta anterior, sobre a questão da educação, o SINTEP - Sindicato dos Profissionais da Educação, está discutindo com a Assembléia Legislativa, com a Comissão de Educação, Cultura e Seguridade Social, respondendo a indagação, sobre a questão dos juros, da reposição salarial e tem um projeto de minha autoria com relação aos precatórios, que estou lutando para que o Governo efetive e reinicie o pagamento dos precatórios.

Vamos passar a palavra para os Senhores Deputados, lembrando que a discussão da LDO é uma discussão técnica que estamos fazendo, abrimos essa oportunidade para a comunidade, para recebermos essa carga de reivindicações, obviamente, que nem tudo que vocês falaram, nós vamos resolver os problemas de vocês. Muito dos problemas, o Governo não tem condições de resolvê-los,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ITINERANTE PARA DISCUTIR A LDO/2002, REALIZADA EM LUCAS DO RIO VERDE, DO DIA 1º DE JUNHO DE 2001, ÀS 19:00 HORAS.

mas, certamente, nós vamos priorizar aqueles mais importantes de cada município, alguns, tenho a impressão que com a ação desses dez Deputados, chegando em Cuiabá, já vão ser resolvidos de imediato. É por isso que a Assembléia Legislativa vem ao interior ouvir o anseio da população. Certamente que os líderes, os vereadores, os prefeitos, os líderes políticos, as lideranças, devem estar sempre se manifestando com o seu Deputado mais próximo, não importa de que Partido, nós trabalhamos, aqui, num conjunto para resolver os problemas do Estado. Alguns, aqui, criticam o Governo, outros defendem, mas todos estão imbuídos em resolver os problemas do Estado. Todos nós queremos o bem comum, todos nós queremos as soluções dos problemas que nos afligem, esse é o papel fundamental de um Deputado Estadual. Nós estamos inovando ao trazer a Assembléia Legislativa para ouvir alunos, professores, vereadores, produtores, para que nós possamos ter noção de como votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Orçamento Geral do Estado, como cobrar do Governador e como cobrar dos Secretários e, nesse aspecto, nós temos ampla liberdade para fazer isso. Então, esse debate, às vezes, é um debate chato, técnico, mas um debate muito importante.

Antes de passar a palavra aos Srs. Deputados, eu gostaria de ouvir os alunos Joelson, Douglas, Sandra, Ezequiel, interpretando a música Fim de Semana.

(NESTE MOMENTO, É INTERPRETADA A MÚSICA FIM DE SEMANA)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Gostaria de informar aos Srs. Deputados que esses alunos são treinados na escola de música - isso é muito importante. Realmente, Lucas do Rio Verde está na frente em várias questões.

Com a palavra, o Deputado Moacir Pires, por três minutos .

O SR. MOACIR PIRES - Sr. Presidente, Sr. Prefeito, Sr. Secretário Guilherme Müller, colegas Deputados, Srs. Vereadores, Srs. Prefeitos, senhoras e senhores, juventude, aqui presente, e os alunos também que acabaram de cantar aqui.

Eu quero parabenizar, mais uma vez, Sr. Presidente, a Assembléia Legislativa de estar nos municípios, principalmente em município-pólo, e um Município como Lucas do Rio Verde, que eu sempre uso em minhas palavras como exemplo, pela administração, pela parceria que a Câmara Municipal faz e os Secretários, ajudando para que o Prefeito faça uma boa administração.

Eu quero mais é parabenizar a administração Lucas pela explanação que o Pivetta deu aqui e que parte do Governo, nós que somos Oposição ao Governo do Estado nas coisas que ele deixa a desejar no Estado, eu gostaria que o Secretário levasse para o Governo do Estado algumas obras como essa daqui, uma obra deste tamanho, que foi feita com cento e dezesseis mil reais e uma escola desta, que não custou mais que um milhão, Sr. Secretário. Se pudesse fazer, pelo menos nos municípios-pólos do Estado de Mato Grosso, com certeza, o Governo Dante Martins de Oliveira que gosta muito de publicidade, seria o senhor Governador para a Educação.

Então, fica aqui o nosso agradecimento à Assembléia por estar aqui participando com os nobres colegas. Quero mais uma vez lembrar à Mesa que essas reivindicações sejam feitas em conjunto com todos os Parlamentares, para que possam sair fortalecidas daqui e que nós possamos fazer mais dessas reuniões em outros municípios. A Assembléia se sente honrada em estar participando e com a explanação do Prefeito que mostrou a outros Deputados, que não conheciam esta administração, passar aos outros Prefeitos que sigam o exemplo de Lucas. Parabéns a todos, agradeço pela presença. Muito obrigado, Sr. Presidente. Era só isso. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra, nobre Deputado José Carlos Freitas.

O SR. JOSÉ CARLOS FREITAS - Sr. Presidente, boa-noite. Permita-me falar

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ITINERANTE PARA DISCUTIR A LDO/2002, REALIZADA EM LUCAS DO RIO VERDE, DO DIA 1º DE JUNHO DE 2001, ÀS 19:00 HORAS.

sentado. Se V. Ex^a assim permitir...

Cumprimento o Deputado Humberto Bosaipo e o parabenizo pela atitude de trazer a Assembléia Legislativa até o Município de Lucas do Rio Verde e agradecer a Deus, pela oportunidade de estarmos aqui, hoje, juntamente com várias lideranças do município, discutindo assuntos de importância para a região.

Cumprimento o Sr. Secretário de Planejamento, Dr. Guilherme Frederico Müller; o Prefeito que nos honra muito com essa receptividade no seu município, Adriano Pivetta; e cumprimento todos os Vereadores em nome do meu amigo Vereador Diógenes, grande Presidente da Câmara de Nova Mutum; Sr. Secretário de Agricultura do Município, Sr. Egídio Vuadem; Sr. Secretário de Indústria e Comércio do Município e Vice-Prefeito, Sr. Marino Franz, empresários, agricultores, pecuaristas, amigos de Lucas do Rio Verde.

Sr. Presidente, hoje, no horário do almoço, estive com o Prefeito de Diamantino, Sr. Francisco Ferreira Mendes, que nos indagava e parabenizava a Casa de Leis, a Assembléia, por ter aprovado um projeto de suma importância a todos os Prefeitos municipais, que é a isenção da taxa de iluminação pública das prefeituras municipais, um projeto do Deputado Carlos Brito, que nós conseguimos aprovar já em primeira discussão e que já gostaria, Sr. Secretário, de deixar o alerta para que fosse colocado, então, na LDO, para o próximo ano - a questão da isenção de ICMS às prefeituras municipais.

Quero também deixar registrado aqui que nós fomos visitados pelo Vereador Diógenes Jacobson para a questão da construção de uma Escola Estadual com capacidade de atendimento de aproximadamente dois mil e seiscentos alunos do ensino fundamental e do 2º grau, no Município de Nova Mutum.

Iremos levar à frente essa sua preocupação, Vereador, e colocar no Orçamento da LDO.

Também, Sr. Secretário, fui indagado por uma professora do ensino aqui do município sobre a questão salarial dos professores e me perguntou ela se é possível ainda, em tempo, na LDO do ano passado estar dentro do Orçamento para ser colocada a questão do subsídio salarial dos professores, que ora se encontra defasado, e nós precisamos ajudar a ter um ensino de boa qualidade. Por isso há inativos, há aposentados na folha e também vários professores em desvio de função. Portanto, está aí uma preocupação na questão salarial da educação do Estado.

Também, conforme uma reunião realizada no dia 22 de março, Sr. Secretário, na Secretaria de Estado de Agricultura e Assuntos Fundiários, foi informado que o Assentamento Pontal do Marape, situado no Município de Nova Mutum, não está incluído para receber recursos do PRONAF.

Portanto, dessa forma, gostaria que Vossa Excelência direcionasse esse empenho para incluir também no Programa o assentamento Pontal do Marape, pois, somos sabedores das dificuldades enfrentadas pelas trezentas e setenta famílias que receberam seus lotes no assentamento, que há três anos estão reivindicando seus direitos no assentamento para podermos desenvolver as atividades e trabalhar na terra, para poder produzir, gerar emprego e riqueza ao Município e ao Estado.

A preocupação que nos trazem, também, é da ponte de alvenaria sobre o Rio Verde.

Para encerrar, Sr. Presidente, eu gostaria que Vossa Excelência colocasse no seu orçamento familiar, particular, na sua vida particular, na sua vida política, para o ano 2002, agora, para que sua vida seja programada, também, o possível atendimento à aclamação da população mato-grossense, de vários vereadores, prefeitos... O PPS, hoje, ao qual eu não pertença, estou no PPB, mas

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ITINERANTE PARA DISCUTIR A LDO/2002, REALIZADA EM LUCAS DO RIO VERDE, DO DIA 1º DE JUNHO DE 2001, ÀS 19:00 HORAS.

tenho uma grande admiração pelo PPS, que é um grande Partido, e que ora se vê a possibilidade de ser uma terceira opção, ou melhor, terceira via em condições plena a uma candidatura ao Governo do Estado. Eu sei que o PPS tem um nome bom, tanto como o de Vossa Excelência, para possível candidatura a Governo do Estado, e nós gostaríamos de levar o seu nome adiante para possível candidatura. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Eu agradeço ao eminente Deputado. Eu levarei em consideração o seu pedido, mas o meu Partido, o PPS, já tem um candidato que é Senador Blairo Maggi.

Com a palavra, o Deputado Pedro Satélite.

O SR. PEDRO SATÉLITE - Sr. Presidente, Deputado Humberto Bosaipo, na pessoa de quem eu cumprimento os demais colegas Deputados; Sr. Guilherme Müller, Secretário de Planejamento; Otaviano Pivetta, Prefeito de Lucas do Rio Verde; cumprimento também o Presidente da Câmara Municipal, Vereador Carlos, juntamente com o Vereador Neri, em nome de quem eu cumprimento todos os demais Vereadores, aqui presentes; Srs. Prefeitos; meus amigos, minhas amigas, aqui da cidade de Lucas do Rio Verde.

Nós iniciaremos, aqui, a nossa conversa, a nossa prosa, dizendo que, Sr. Secretário, em 1979, nós iniciávamos, lá no Rio Grande do Sul, um trabalho para reunirmos as pessoas que viriam para Lucas do Rio Verde. E lá na fazenda Natalino, na cidade de Sarandi, no Rio Grande do Sul, mais de cem famílias estavam lá, que eram os chamados sem-terra, vieram para cá, e, foi quando eu tive a oportunidade de participar da história de Lucas do Rio Verde, de vir eu, pessoalmente, como motorista de ônibus, naquela época, trazendo essas pessoas aqui, e iniciar essa colonização. A essas pessoas, eu rendo as minhas homenagens através do nosso amigo Saul Nachiori.

Agora, rendo mais ainda, Vereador Neri, a vocês que vieram aqui, que acreditaram mais ainda, que lutaram, que produziram e que hoje existe esta cidade, porque vocês que produzem, pagam os seus impostos. É uma honra estar aqui mais uma vez vendo esta linda cidade, os Deputados que já conheciam, os que chegam aqui pela primeira vez, de sentir esta cidade em pleno desenvolvimento.

Mas, quero aqui dizer sobre algumas questões aqui levantadas, quanto à questão da anexação ao Município de Lucas do Rio Verde. É fácil, Srs. Vereadores, Sr. Prefeito dos demais municípios, basta fazer um Projeto e encaminhar à Comissão Permanente de Revisão Territorial, na qual eu sou Presidente dessa Comissão há seis anos já. Nós resolvemos inúmeros problemas desses, mas o que nós sempre respeitamos é a opinião da população. Se esses cidadãos que moram num determinado núcleo querem pertencer, nesse caso, a Lucas do Rio Verde, vocês não tenham dúvida, façam um abaixo-assinado, essa Comissão virá aqui, juntamente com os Srs. Vereadores, os Prefeitos do município do qual será desmembrado e do município que quer que aquele pedaço de terra seja anexado ao município. Faremos uma reunião e sairá um documento dali sem briga, sem nada, porque isso é importante para nós da classe política, que a sociedade às vezes, depois cobra que Prefeito A ou B, ou Vereador A ou B comprou ou vendeu um pedaço de terra. Não existe nada disso.

Aqui já foi comentado sobre a questão de trazermos - e isso já foi pedido ao Deputado Riva - de viabilizarmos uma extensão da UNEMAT. Nós, com certeza, iremos trabalhar juntamente com os Vereadores do PSDB que já me fizeram esse pedido. Eu tenho aqui também, Sr. Presidente, já uma indicação feita pelos Vereadores recém-citados já aprovada essa indicação naquela Casa de Leis no dia 12/04/01, versando sobre a necessidade da implantação de uma rodovia interligando o Município de Itanhangá e Ipiranga do Norte. Eu gostaria que fosse incluído à LDO essa rodovia.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ITINERANTE PARA DISCUTIR A LDO/2002, REALIZADA EM LUCAS DO RIO VERDE, DO DIA 1º DE JUNHO DE 2001, ÀS 19:00 HORAS.

Outros assuntos aqui já mencionados, que eu não vou me tornar repetitivo, mas eu quero aqui aproveitar o ensejo dessa reunião, que é específica para, Sr. Presidente, tratar da LDO. Mas, eu vejo que nada disso adianta. Tratar de LDO ajuda, serão viabilizados recursos, mas nós temos duas preocupações hoje, nós que somos pioneiros desta região, ajudamos a iniciar essa cidade, há mais de vinte anos, quando para cá trouxemos as primeiras famílias que às margens do Rio Verde se instalavam aqui, famílias oriundas do Rio Grande do Sul, que vieram para cá. Infelizmente, muitas delas já foram embora, porque na época diziam que nós estávamos trazendo os iludidos e levávamos de volta, em seguida, Deputado Humberto Bosaipo, os desiludidos, porque o Governo, naquela época já, trazia as famílias do Rio Grande do Sul e dava aqui uma enxada, uma foice e um machado, como se aqui conseguissem sobreviver no cerrado. E aí nós devemos agradecer aos imigrantes que vieram para cá, que acreditaram e mecanizaram essa terra e hoje é essa cidade.

Mas o que me preocupa, Sr. Presidente, amigos, é a questão da BR-163. Eu não vou me estender, vou falar apenas um minutos, é de suma importância para viabilizar economicamente toda essa região, todos os municípios aqui presentes, e nós temos aí um entrave. Nós estamos na luta há mais de vinte anos, não apenas o Deputado Pedro Satélite, mas toda a classe política e toda a sociedade mato-grossense. Nós tivemos discussões pesadas, quando fizemos caminhonaços daqui a Santarém, a Itaituba, e nesta semana, na segunda-feira, tivemos do Ministro dos Transportes, e a notícia não é das melhores. Mas, nós temos certeza que conseguiremos recursos para pavimentar essa rodovia, que é um compromisso do meu Presidente, do meu Partido, do PSDB, e eu gostaria de falar as mesmas palavras do Deputado Riva, que disse: “que seja o primeiro Presidente da República da história que bate no peito e diz: ‘palavra de Presidente’”. Isso eu falei ao Ministro das Comunicações e ao Ministro dos Transportes.

Eu quero aqui, finalmente, convocar toda a sociedade para, nos próximos dez dias, era para ter acontecido no dia 20 próximo passado, nos próximos dez, quinze dias, nós estamos aguardando o julgamento do Tribunal de Contas da União, nós já temos acionada a Polícia Federal, a empresa Cargill, e toda a sociedade do Norte mato-grossense para bloquearmos a rodovia na altura do Posto Gil, porque será a única solução. Por isso faço aqui um apelo a toda a classe política, independente de partido, de raça, de cor partidária, para que, juntos, consigamos fazer e mostrar para o Brasil a importância dessa rodovia, pois esta será a única solução.

Eu gostaria de pedir, Sr. Presidente, porque nós temos a nossa história aqui, e história nós fazemos e não escrevemos...

A questão da divisão do Estado, nós somos totalmente a favor de fazer acontecer - o Deputado Silval Barbosa irá falar isso, com certeza, mas, aqui, encontra-se um entrave, é que Lucas do Rio Verde e Nova Mutum não pertencem ou não irá pertencer, nesse Projeto apresentado pelo Senador do Estado, ele não sabia da importância desse município, mas eu tenho certeza que os munícipes desses dois municípios querem pertencer ao Estado do Araguaia.

Mas o que nos preocupa, Srs. Vereadores, Srs. Prefeitos, nobres colegas Deputados, é a Lei nº 9.709, que eu quero discutir e que eu entrei com um Requerimento, já encaminhei ao Congresso Nacional, porque se não mudar essa Lei...

Só para concluir, Sr. Presidente, essa Lei diz que todos os eleitores do Estado irão votar, e ela é clara, ela foi aprovada em 1998. E nós somos apenas quatrocentos e vinte mil eleitores no Araguaia e no Norte, e no total de eleitores de Mato Grosso é um milhão, seiscentos e cinquenta, e tem um milhão e duzentos mil eleitores que não irão pertencer ao novo Estado, e que nós vemos manifestações, como nós já vimos aí o Deputado Wilson Santos que não quer a divisão do Estado. Nós

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ITINERANTE PARA DISCUTIR A LDO/2002, REALIZADA EM LUCAS DO RIO VERDE, DO DIA 1º DE JUNHO DE 2001, ÀS 19:00 HORAS.

queremos e espero que nós tenhamos êxito em mudar essa Lei, porque se fosse hoje, nós nadaríamos na praia e lá nós morreríamos, porque, hoje, essa Lei não passaria.

Eu tenho certeza que pelas pesquisas que já existem, nós, aqui do Norte, os quatrocentos e vinte mil, quem sabe oitenta, noventa por cento é favorável, mas um milhão, duzentos e cinqüenta mil, que também tem direito a voto, a grande maioria, hoje, não é favorável.

Muito obrigado pela paciência de vocês, aos Vereadores que vieram de Lucas do Rio Verde, de Nova Mutum, de Sorriso, aos prefeitos, porque a LDO é muito importante até para que façamos um esclarecimento, e eu tenho certeza que assim nós poderemos justificar o nosso trabalho junto à classe política e ao nosso povo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra, o Deputado Silval Barbosa.

O SR. SILVAL BARBOSA - Quero cumprimentar o Sr. Presidente Humberto Bosaipo, os Srs. Deputados, o Prefeito Otaviano Olavo Pivetta, e em seu nome cumprimento os demais Prefeitos, o Secretário Guilherme Frederico Müller, e em seu nome também cumprimento todos os Secretários Municipais, quero cumprimentar o nosso amigo Vereador Sebastião, o Tião da Farmácia, e em seu nome eu também cumprimento todos os Vereadores e Vereadoras.

Senhores e senhoras, Sr. Prefeito, queremos deixar aqui, não só a V. Ex^a, mas a garantia para os demais Prefeitos, todos os Srs. Vereadores, em especial aqueles que encaminharam os seus pleitos e as suas reivindicações para a Assembléia Legislativa, ora representada por dez Deputados, que nós vamos fazer todo o empenho, vamos trabalhar para que o máximo dessas reivindicações sejam inseridas dentro da LDO e também dentro do Orçamento do Estado.

Quero agradecer, Sr. Prefeito, pela acolhida, pela recepção carinhosa que nos deu e, sinceramente, nós levamos daqui de Lucas do Rio Verde a melhor imagem das pessoas e também a melhor imagem de um município onde é levada a sério a sua administração pública. Parabéns, Prefeito.

E, também, Sr. Presidente, aqui, por duas reivindicações, pediram um *campus* da UNEMAT. É um pleito mais do que justo e também quero aproveitar o momento, Sr. Presidente, para nós tentarmos inserir esse pedido, pois o município de Lucas, hoje, pelo seu crescimento, pelo desenvolvimento que está acontecendo neste município, já se tornou um pólo, uma referência regional. Eu deixo aqui uma sugestão para nós também lutarmos para trazer para cá uma Companhia da Polícia Militar ou um Pelotão da Polícia Militar para atender este município e a região toda aqui que compreende este pólo.

No mais, Sr. Presidente, teria aqui inúmeras colocações, mas pela hora avançada, deixo aqui o meu agradecimento a todos que aqui compareceram e - repito mais uma vez - lutaremos para que as suas reivindicações sejam inseridas dentro da LDO e conseqüentemente dentro do Orçamento. Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Com a palavra o Deputado Chiquinho Garcia, Deputado que assumiu ontem a cadeira de Deputado Estadual, da região de Tangará da Serra.

O SR. CHIQUINHO GARCIA - Boa-noite, senhoras, senhores, Sr. Presidente Humberto Bosaipo, nobres colegas, Deputados.

Cumprimento o Prefeito Otaviano Pivetta e, em seu nome, todos os prefeitos aqui presentes; os vereadores presentes eu cumprimento em nome do Vereador Destre.

Eu não recebi nenhuma reivindicação, mesmo porque assumi ontem e hoje é a minha primeira Sessão, porque ontem eu saí da Sessão, fui dar uma entrevista e comemorar e, quando eu voltei, já havia encerrado a Sessão. Então, hoje aqui, na verdade, é a minha primeira Sessão.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ITINERANTE PARA DISCUTIR A LDO/2002, REALIZADA EM LUCAS DO RIO VERDE, DO DIA 1º DE JUNHO DE 2001, ÀS 19:00 HORAS.

Inclusive, Deputado, estavam reclamando em Tangará da Serra a minha ausência numa audiência pública, Presidente Humberto Bosaipo, porque lá nós estamos com um processo de privatização e eu estive reparando bem aqui o sistema de água do Prefeito Otaviano Pivetta, porque lá em Tangará da Serra temos a proposta de privatizar o sistema de água, e tem uma discussão, uma audiência pública e estão reclamando que o Deputado não está lá. Eu falei: falem aí que eu estou na minha primeira Sessão aqui, estou debutando, portanto, eu chego lá amanhã e vou, logicamente, me posicionar sobre o assunto.

Eu tenho oito anos de experiência de parlamento municipal e, dentro desses oito anos, a maioria eu passei dentro da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara. É uma matéria técnica, uma matéria que dá para se discutir tecnicamente, mas, para mim, é um dos principais projetos de lei de um Parlamento, aliás, a LDO, o PPA e a Lei Orçamentária.

No ano passado, no ano retrasado, se não me engano, quando a Assembléia Legislativa esteve em Barra do Bugres, eu era Vereador e, na oportunidade, se discutia o PPA, estava lá o Secretário Guilherme Müller e a Assembléia Legislativa discutindo o PPA do Estado, eu me lembro, Sr. Secretário e Sr. Presidente, que eu sugeri, porque o PPA é até mais complicado do que a LDO, que pudéssemos fazer as discussões da LDO nos municípios, para que a população e a comunidade comesse a se inteirar melhor da LDO e do Orçamento.

Eu também não conheço nada de LDO, porque cheguei agora, vou estudar neste final de semana, para ver se eu tenho tempo de estar colocando alguma matéria na LDO, vou contar com a ajuda do Secretário e da sua equipe para que possamos estar contemplando, pois eu também quero ser co-autor de todas as matérias aqui recebidas, quero também assinar todas as matérias, assinar todas elas. Eu quero participar disso, porque hoje é o dia que vai ficar marcado na minha história, pela primeira vez assumo como Deputado, numa deferência do meu Partido, na primeira Sessão que estou participando, e quero assinar todas essas matérias que, com certeza, vai ficar gravado na história da minha vida política, se Deus quiser e se ele me permitir que eu possa continuar nela.

Isso que aconteceu, para vocês, para a maioria, não sei se tem importância, mas para mim vai ficar gravado, Sr. Prefeito, para o resto da minha vida, como a primeira Sessão que participo, e aqui quero assinar essas matérias todas, para que eu possa iniciar um processo, uma continuidade na minha vida política.

Mas eu não poderia deixar de fazer uma consideração, porque eu vi aqui grandes reivindicações, e a maioria delas foi na área de estrada e de segurança. Ao mesmo tempo que reivindicaram segurança, reivindicam estradas, fazem um questionamento sobre FETHAB.

O Deputado José Carlos Freitas é testemunha, porque ele passou um dia na estrada, na MT-358 - talvez a mais importante das estradas estaduais, com estudo do DVOP e condições inclusive de ser privatizada - e eu estava lá jogando cascalho na estrada, não porque eu quisesse fazer aquilo, mas, eu sentava com o Dr. Vítor Cândia, com o Dr. Novelli, falava com o Governador, ele falava: “Nós não temos recurso para tampar a buraqueira da MT-358”. Essa estrada é por onde passa toda produção do Chapadão do Parecis, em torno de duas mil carretas por dia, transportando a nossa safra.

Será que existe um governante que não queira fazer uma estrada numa hora dessas? Será que não existe um governante, estava lá a Globo, estavam lá as televisões, mostrando o bloqueio, associação querendo fazer bloqueio, porque a estrada não se consertava, e aí nós fizemos o seguinte: Pegamos lá alguns equipamentos e resolvemos jogar cascalho para o buraco ficar mais raso, para depois o Governo buscar uma solução definitiva. E nós ficávamos rezando para pintar uma definição definitiva

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ITINERANTE PARA DISCUTIR A LDO/2002, REALIZADA EM LUCAS DO RIO VERDE, DO DIA 1º DE JUNHO DE 2001, ÀS 19:00 HORAS.

para melhoria das nossas estradas.

Eu vou encerrar, Sr. Presidente, porque parece que Vossa Excelência está um pouco com fome e já foi anunciada a janta.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - O seu tempo se encontra esgotado.

O SR. CHIQUINHO GARCIA - Portanto, eu vou pedir aos companheiros aqui desta região que não defendam a extinção do FETHAB. O que nós podemos defender é que o que o FETHAB arrecadar de cada região seja reaplicado em cada região. Talvez isso seja mais coerente e assim estaremos contribuindo com a nossa sociedade, com a nossa região e com o nosso Estado. Muito obrigado.

O PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Para comunicar que o Deputado Chiquinho Garcia é do PSDB e está debutando hoje, aqui, como Deputado. É a primeira Sessão que ele participa efetivamente.

Com a palavra, o Deputado Joaquim Sucena.

O SR. JOAQUIM SUCENA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nobre Prefeito Otaviano Olavo Pivetta, em nome de quem cumprimento os demais Prefeitos, o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Carlos C. Giroto, em nome de quem cumprimento os demais Vereadores, o Sr. Secretário, aproveito em seu nome para cumprimentar o Sub-Secretário e demais membros da sua Secretaria aqui presentes, a Vereadora Marli Ventura, em seu nome cumprimento as demais Vereadoras, meus amigos de Lucas do Rio Verde e de toda a região.

Quero ser bem objetivo e bem rápido. Acredito que todos estamos cansados. Quero ser objetivo no sentido de que a maior parte dos Senhores tomou conhecimento da LDO que vai reger o Orçamento de 2002 nesta noite, neste ato da Assembléia Itinerante passando por Lucas do Rio Verde. Peço que cada um, dentro das possibilidades, leve para casa um exemplar da LDO para que possa realmente ver aquilo que pode ser enquadrado e encaixado, para que nós possamos na Assembléia Legislativa dar uma nova forma e enriquecer este projeto. Pensem também no que o apagão tão falado e tão comentado possa trazer de prejuízos para a região, não só nos custos de produção como acima de tudo naquilo que possa vir aqui a interferir diretamente na produção. Isto servirá, inclusive, para que nós possamos trabalhar na LDO, visando minimizar os efeitos deste apagão, seja ele, inclusive, na área de Educação, principalmente num momento em que nós vamos ter que mudar, alguns momentos, até a funcionalidade dos nossos cursos.

E, venho, para terminar, colocar o nosso gabinete à disposição, assim como dos demais Deputados, para que possamos ser os porta-vozes das reivindicações, das necessidades e das sugestões que possam vir a não só enriquecer como principalmente trazer melhores condições de vida para a nossa população e consequentemente cumprirmos as metas da LDO do nosso Estado. Muito obrigado e uma boa-noite. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra, o Deputado Nico Baracat, Vice-Presidente da Assembléia Legislativa.

O SR. NICO BARACAT - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário de Estado de Planejamento, Sr. Prefeito Otaviano Olavo Pivetta, em nome do qual cumprimento todos os Prefeitos aqui, e os Vereadores. Serei o mais breve possível, Sr. Presidente, antes, porém, quero cumprimentar os funcionários da Casa na pessoa da Dona Nadir Nascimento, nossa Secretária de Serviços Legislativos.

Quero externar a vocês que estão aqui, senhores e senhoras, o pensamento da Assembléia quanto à reivindicação do Prefeito Otaviano Pivetta, para que viéssemos aqui discutir um tema importante da Assembléia. Cabe ao Pivetta toda essa articulação política da Assembléia estar aqui

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ITINERANTE PARA DISCUTIR A LDO/2002, REALIZADA EM LUCAS DO RIO VERDE, DO DIA 1º DE JUNHO DE 2001, ÀS 19:00 HORAS.

hoje, através de um Requerimento de nossa autoria e do Deputado Humberto Bosaipo, para que pudéssemos trazer um instrumento dos mais importantes da vida pública ou o instrumento mais importante da aplicabilidade de recursos que vai constar no Orçamento, que automaticamente serão aplicados no ano que vem.

Como disse o Secretário há pouco, é um instrumento extremamente técnico, mas é um instrumento de reivindicação das ações e dos anseios nas questões do Estado para com essa região.

Nós faremos uma condensação de todas as solicitações feitas aqui e sairá um documento único de todos os Deputados que aqui estão presentes, para que possamos encaminhar, via emenda à LDO, aquilo que tecnicamente é possível. O que não for possível, será retornado aos Senhores com muita clareza, para que não ouçamos: “você prometeram isso ou aquilo e não foram capazes de cumprir.” O que é possível, vamos contemplar na lei, para que possa estar no Orçamento, para que possa ser aplicado no ano que vem.

Eu quero, para encerrar, fazer um único alerta. Há algumas semanas discutimos em Sorriso a questão da Segurança Pública e um documento, fruto da audiência pública que tivemos em Sorriso, já foi encaminhado ao gabinete do Senhor Governador do Estado e ao gabinete do Sr. Secretário de Segurança Pública, porque entendemos que toda essa região, que tem cinquenta policiais militares para atender cerca de cento e vinte mil habitantes, o que não serve de parâmetros para parte nenhuma, que nós temos um policial militar para cada mil e duzentos habitantes e que temos apenas, Secretário Guilherme Müller - aí vai um número mais assustador - um policial civil para cada dezesseis mil habitantes.

Sabemos que a questão da segurança, nessa região, é muito séria. Tudo que nós discutimos, inclusive com a presença do Major, aqui da região, foi condensado, discutido, votado um Requerimento pela Assembléia Legislativa e encaminhado às mãos do Governador do Estado. Daqui para frente, as ações de cobranças...

A Assembléia veio aqui, buscou, levou, condensou as informações e solicitou do Sr. Governador, a Assembléia está cumprindo o seu papel, principalmente democrático, de ter, aqui, ouvido os anseios e as reivindicações dos senhores e das senhoras. Continuaremos dessa forma, porque entendemos que é dessa forma que a Assembléia vai conseguir ouvir Mato Grosso todo.

Muito obrigado e felicidades a todos.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - A palavra com o Dr. Guilherme Müller, Secretário de Planejamento do Estado, para as considerações finais.

O SR. GUILHERME MÜLLER - Apenas para agradecer o convite e dizer que valeu a pena estar aqui em Lucas do Rio Verde tomando contato com as necessidade dessa região, dessa cidade, e como disse o Deputado Nico Baracat, aquilo que tecnicamente for incluído na LDO, vai ser incluído e remetido para a Lei Orçamentária para garantir os recursos a serem implementados no Orçamento do ano que vem.

Cumprimento mais uma vez a Assembléia Legislativa pela iniciativa de patrocinar essas audiências e coloco, mais uma vez, a Secretaria de Planejamento e o Governo do Estado à disposição da Assembléia para continuar esse trabalho. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Nós agradecemos a presença de todos e comunicamos o que recebemos, aqui, do Jornal Correio dos Município, com sede em Diamantino: "Meus parabéns pela iniciativa da Assembléia Legislativa em trazer a discussão da LDO ao público."

Gostaria de comunicar às Lideranças de Diamantino que agendaremos, no nosso

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA SESSÃO ITINERANTE PARA DISCUTIR A LDO/2002, REALIZADA EM LUCAS DO
RIO VERDE, DO DIA 1º DE JUNHO DE 2001, ÀS 19:00 HORAS.

calendário, uma discussão, naquela região, com temas importantes.

Agradecemos ao Prefeito Otaviano Pivetta, este grande Prefeito que é um exemplo de administração do PPS para todo Brasil, pela recepção que tivemos, os assuntos tratados foram de suma importância, no que pese o cansaço e o adiantado da hora.

Quero parabenizar os Vereadores de todos os municípios, que estão extremamente atuantes, e é assim que nós precisamos das câmaras municipais.

Ontem, demos posse ao Vereador Baiano Filho, na UCEMAT, que é a entidade que congrega os interesses dos Vereadores. Peço aos Vereadores que incentivem essa entidade, participem, ela é muito importante, nós estamos discutindo nessa entidade temas como a Previdência do Vereador, assistência médica para o Vereador e sua família, a questão salarial de vereador. É importante que vocês participem como participaram desta Sessão Especial aqui.

Portanto, Otaviano Pivetta, nós estamos agradecidos, agradecemos a presença de todos e pedimos para que, em pé, ao finalizarmos, ouçamos o Hino de Mato Grosso.

(NESTE MOMENTO, É EXECUTADO O HINO DE MATO GROSSO)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Declaro encerrada a presente Sessão.(ENCERRA-SE A SESSÃO)

Revisada por Maria Aparecida V. Beretta